

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres meses	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de-ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA	
Por um anno	12\$000
Por seis meses	6\$600
Por tres meses	3\$600

Communicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha 3\$600 réis Sem estampilha 3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda collecções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O doutor Basilio Alberto de Sousa Pinto, do conselho de Sua Magestade, fidalgo cavalleiro de sua real casa, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Vigosa, lente de primeira, decano e director da faculdade de direito, reitor da universidade de Coimbra, etc.

Faço saber que em conselho da faculdade de medicina, de 30 do corrente mez de março, se mandou, na conformidade do § 1.º do artigo 4.º do decreto regulamento de 27 de setembro de 1854, abrir concurso por sessenta dias, a contar da publicação d'este edital no *Diario de Lisboa*, de uma substituição extraordinaria na referida faculdade.

Os doutores que pretendem ser a ella candidatos deverão apresentar na secretaria da universidade, dentro do referido prazo, os seus requerimentos, instruidos com os documentos designados no artigo 5.º do citado decreto, para no fim do dito prazo se proceder nos termos da lei.

E para que chegue á noticia de todos mandei affixar o presente.

Faço das escolas, em 31 de março de 1860. Eu Vicente José de Vasconcellos e Silva, secretario, o subscrevi.—*Basilio Alberto de Sousa Pinto*, reitor. Está conforme.—*Vicente José de Vasconcellos e Silva*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

2.ª Repartição

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o que foi exposto pelo juiz de direito da comarca de Trancoso, em seu officio de 16 do corrente, dirigido ao conselheiro vice-presidente da relação do Porto, e por este remetido pela secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e da justiça em officio de 19 do mesmo mez; ponderando as duvidas que se lhe suscitou no julgamento de uma causa criminal perante o juiz de direito da comarca de Pinhel, na qual se declararam suspeitos todos os juizes de direito proprietario e substitutos da mesma comarca, sem que as partes se accordassem na escolha de um homem bom que lhes servisse de juiz, da qual n'estes termos segundo o § unico do artigo 2.º da lei de 18 de julho de 1855 passou a ser juiz o da comarca de Trancoso, que avocando ao juiz da mesma comarca o respectivo processo ali o fez instruir com o delegado e por um dos escrivães d'ella, deferindo o requerimento do delegado da comarca de Pinhel que pediu continuar a ser admitido a intervir no seguimento do processo na comarca de Trancoso, para onde o juiz de direito de Pinhel tinha ordenado ou facultado a sua remessa; de tudo o que resultou um conflicto de jurisdicção entre os juizes de direito de Trancoso e de Pinhel e o juiz ordinario do julgador de Figueira de Castello Rodrigo; por quanto, tendo d'aquelle magistrado emanado mandados de intimação do já referido despacho ao delegado de Pinhel, e para comparecimento na audiencia do julgamento dos testemunhos do processo, os dois ultimos magistrados se negaram a autorisar o cumprimento d'aquelles mandados, argumentando com as disposições dos artigos 198.º, 1007.º, 269.º e 1116.º da novissima reforma judicial.

O mesmo augusto senhor: Considerando que o já citado artigo 2.º § unico da lei de 18 de julho de 1855 manda que no caso de não se accordarem as partes na escolha de um homem bom que lhes sirva de juiz seja seu juiz o da comarca mais visinha; e não diz que a causa passe a ser pleiteada no juiz d'essa mais visinha comarca, deduzindo-se d'aqui evidentemente que o processo não muda de jurisdicção, nem de juiz, nem, por consequencia, de delegado, escrivão e mais officiaes que n'elle têm de intervir, mas apenas muda de juiz, que da comarca em que se acha deve deferir ao que for necessario, tanto nos autos que para esse fim lhe forem mandados conclusos pelo escrivão do processo na outra comarca em que elle corre, como aos requerimentos avulsos que lhe forem apresentados ácerca do mesmo processo, e assignar as ordens para quaesquer diligencias que para o seu seguimento mandar passar, e que serão cumpridas pelos empregados do juiz onde o processo corre, sem dependencia de nenhuma outra formalidade; transportando-se a final á comarca visinha a cujo juiz o processo pertence para presidir á audiencia do seu julgamento;

Considerando que sendo esta a litteral interpretação da lei, é tambem aquella de que menos inconvenientes podem resultar; porque assim não se

altera a ordem da distribuição; não se irroga pelo facto da suspensão do juiz uma suspensão a todos os funcionarios que constituem o juiz; não se tira o julgamento dos seus jurados naturaes, quando o processo houver de ser julgado com jury; não se obrigam as partes e testemunhas a transportar-se para uma comarca diferente da sua, contra a expressa disposição da novissima reforma judicial; nem finalmente se dão os embarços e conflictos que occorrem no caso presente, porque não é necessario alterar forma alguma do processo; substituindo-se apenas a entidade juiz, unico fim que a já citada lei de 18 de julho podia ter, e teve em vista.

Considerando que igual procedimento se acha prescripto em casos analogos pelas leis do paiz como se vê da novissima reforma judicial, artigo 1228.º §§ 1.º e 2.º;

Considerando finalmente que, tendo já sido dada esta interpretação áquella lei, por esta forma foi executada em identica hypothese no anno de 1857, indo o juiz de direito da comarca de Guimarães á comarca de Fafe presidir ao julgamento de um processo criminal que n'esta comarca pendia, e no qual, tendo-se declarado suspeitos todos os juizes de direito, proprietario e substitutos, não se accordaram as partes na escolha de homem bom que lhes servisse de juiz, passando por isso a se-lo o juiz de direito da comarca de Guimarães; e de grande conveniencia para a regular e boa administração da justiça, e commodidade dos povos, para quem as leis são feitas, e os tribunales se acham constituidos, que a praxe não só de julgar, mas tambem de processar, seja uniforme em todo o paiz, a fim de que o ministerio publico e os cidadãos não se encontrem embarçados em duvidas e incertezas sobre o modo de promover os processos em que forem interessados;

Manda que o conselheiro procurador geral da coroa transmita as ordens e instruções necessarias para que não se a hypothese presente, mas tambem em quaesquer outras que do futuro appareçam os respectivos agentes do ministerio publico promovam nos supra indicados termos a execução da lei, recorrendo competentemente de qualquer despacho que em sentido differente seja proferido.

Paço, em 26 de março de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Por officio do consulado de Portugal, no Maranhão, datado de 25 de fevereiro ultimo, consta que no dia 21 do dito mez naufragara nos baixos da Pirajuba, na costa d'aquella provincia, a barca portugueza *Linda*, capitão Antonio Joaquim dos Santos, perdendo-se com o navio toda a carga, as bagagens da tripulação e dos passageiros, bem como os papéis de bordo e a mala do correio. Consta tambem do mesmo officio ter-se salvado a gente do navio, á excepção do passageiro Antonio da Costa Maia, subdito portuguez, de 40 annos de idade, solteiro, destilador de aguardente, e natural de Santa Christina de Malta.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 3 de abril de 1860.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

AMORTISAÇÃO EM 3 DE ABRIL DE 1860

Aos 3 dias do mez de abril de 1860, n'esta cidade de Lisboa, e casa aonde a junta do credito publico celebra as suas sessões, tendo previamente sido convidados o ill.º e ex.º sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, dois directores do banco de Portugal, e diversas outras pessoas, para maior solemnidade d'este acto, foram apresentados pelo presidente e membros da referida junta 24 massas de n.º 1 a 24, contendo 10423 títulos, na importancia de 1.747:351\$666 réis, comprehendendo massas n.º 1 a 19, 10251 acções da extincta companhia central peninsular dos caminhos de ferro de Portugal; a saber: 9 acções com a 9.ª prestação paga, 32 com a 10.ª, e 10210 com a 11.ª, todas na importancia de 204:970 libras, correspondentes a 922:365\$000 réis, a razão de 4500 réis cada libra; massa n.º 20, contendo 64 cautelas de minimos da inversão das referidas acções, na importancia de 1:430\$000 réis; massa n.º 21, com 5 cautelas creadas pelo artigo 7.º do contrato approved por decreto de 9 de julho de 1857, representando inscripções do novo fundo de 3 por cento, na importancia de 216:540\$000 réis; e massas n.º 22 a 24, comprehendendo títulos recebidos do ministerio da fazenda com portarias de 14 de dezembro de 1859 e 4 de fevereiro de 1860, para serem amortizados; massa n.º 22, com 10 inscripções de 100\$000 réis, com o coupon do 2.º semestre de 1859 e seguintes, 10 ditos com o coupon do 1.º semestre de 1860 e seguintes, 2 ditos de 500\$000 réis, tambem com o coupon do 1.º semestre de 1860 e seguintes, e 1 de 1:000\$000 réis, com o coupon do 2.º semestre de 1859 e seguintes, todas na importancia de 4:000\$000 réis, 6 certificados provisórios da conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852, na importancia de 300\$000 réis, 2 cautelas da capitalisação de juros creadas pelo mesmo decreto, e do capital de 10\$000 réis cada uma, na importancia de 20\$000 réis, e 1 cautela de minimos da inversão das acções do caminho de ferro de leste, do capital de 30\$000 réis; massa n.º 23, com 55 títulos do emprestimo de 600:000\$000 réis, creados por decreto de 4 de agosto de 1856, na importancia de 600:000\$000 réis; e, finalmente, massa n.º 24, com 16 obrigações do thesouro do emprestimo Chabrol, na importancia de 2:666\$666 réis. E procedendo-se á conferencia dos sobreditos títulos, se verificou serem 10:423 das classes que ficam mencionadas, e prefizerem a quantia de réis 1.747:351\$666. Em firmeza do que, e para constar legalmente o referido e servir á mesma junta do documento de despeza da sobredita quantia de 1.747:351\$666 réis, que deu entrada na caixa de deposito de papéis de credito, se lavrou o presente termo, que vai assignado pelas pessoas convocadas, e pelo presidente e membros da junta que estavam presentes. E eu Ignacio Vergolino Pereira de Sousa, contador geral, o subscrevi.—Francisco Isidoro Vianna—Visconde de Porto Covo de Ban-

deira—Antonio Pedro da Silva Pedrosa—José Manuel Leitão, director do banco de Portugal—José

Ricca, director do banco de Portugal—Roberto Inness—Antonio Theofilo de Araujo.

Resumo da amortisação em 3 de abril de 1860

NUMEROS DOS MASSOS	QUANTIDADE DOS CREDITOS	CLASSE DOS TITULOS	IMPORTANCIA	
			EM LIBRAS	EM RÉIS
1	561	Acções da extincta companhia central peninsular dos caminhos de ferro de Portugal com a 11.ª prestação paga	11:220	50:490\$000
2	20	Ditas... dito... 10.ª idem	380	1:710\$000
3	541	Ditas... dito... 11.ª idem	10:820	48:690\$000
4	11	Ditas... dito... 10.ª idem	209	940\$500
5	543	Ditas... dito... 11.ª idem	144	548\$000
6	1	Dita... dito... 9.ª idem	10:860	48:870\$000
7	1	Dita... dito... 10.ª idem	19	85\$500
8	559	Ditas... dito... 11.ª idem	18	81\$000
9	562	Ditas... dito... 11.ª idem	11:180	50:310\$000
10	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:240	50:580\$000
11	559	Ditas... dito... 11.ª idem	11:180	50:310\$000
12	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
13	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
14	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
15	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
16	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
17	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
18	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
19	561	Ditas... dito... 11.ª idem	11:220	50:490\$000
20	64	Cautelas de minimos da inversão das referidas acções	11:220	50:490\$000
21	5	Ditas representando inscripções do novo fundo de 3 por cento	204:970	922:365\$000
22	10	Inscripções de 100\$000 réis com coupons do 2.º semestre de 1859 e seguintes	-	1:430\$000
23	1	Ditas ditos ditos do 1.º de 1860, dito	-	216:540\$000
24	2	Ditas de 500\$000 réis dito dito	1:000\$000	-
25	1	Dita de 1:000\$000 réis dito do 2.º de 1859, dito	1:000\$000	-
26	6	Certificados provisórios da conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852, do capital de 30\$000 réis, e juro de 3 por cento	-	300\$000
27	2	Cautelas da capitalisação de juros, por decreto de 18 de dezembro de 1852	-	20\$000
28	55	Títulos do emprestimo de 600:000\$000 réis, creados por decreto de 4 de agosto de 1856	-	30\$000
29	16	Obrigações do thesouro, do emprestimo Chabrol	-	600:000\$000
30	16	Obrigações do thesouro, do emprestimo Chabrol	-	2:666\$666
31	10423		204:970	1.747:351\$666

Contadoria geral da junta do credito publico, em 3 de abril de 1860.—*Ignacio Vergolino Pereira de Sousa*.

EDITAL

D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha, conde de Paraty, par do reino, official-mór da casa real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Vigosa, governador civil do districto administrativo de Lisboa, etc.

Convidando a observancia das leis e regulamentos policiaes na parte relativa á legitimação dos estrangeiros, attenta a abusiva pratica, seguida n'estes ultimos tempos por muitos d'elles, que chegando a esta capital, ou n'ella permanecendo, deixam de cumprir as obrigações que pelos mesmos regulamentos lhes são impostas, privando d'este modo as autoridades policiaes, como está acontecendo com prejuizo da causa publica, do conhecimento que lhes cumpre ter da sua existencia e domicilio; pelo presente, e em execução das disposições contidas nos ditos regulamentos, faço saber o seguinte:

1.º Todos os estrangeiros de qualquer qualidade, estado ou condição, ora residentes n'esta capital ou nos concelhos d'este districto, que não tiverem bilhetes de permissão de residencia, ou não houverem reformados o que lhes tiverem sido concedidos no fim do prazo n'elles marcado, devem dentro do espaço de trinta dias, contados da data do presente edital, solicitar os competentes bilhetes de residencia, ou a reforma d'aquelles cujos prazos estiverem findos.

§ unico. São exceptuados d'esta disposição o corpo diplomatico e os seus respectivos familiares, bem como os estrangeiros que tiverem documento permanente de residencia, conferido na conformidade do decreto de 13 de agosto de 1841.

2.º Os estrangeiros de que trata o artigo antecedente, que, findo o prazo no mesmo marcado, não apresentarem os seus respectivos bilhetes, ficam sujeitos ás penas correctioes comminadas contra elles por esse facto, no regulamento de 25 de maio de 1825, e alem d'estas, a serem mandados sair do reino segundo convier.

3.º Os donos das hospedarias, estalagens ou outras quaesquer casas publicas, bem como os donos de casas particulares, que por paga ou gratuitamente derem hospedagem a individuos estrangeiros, sem que estes tenham titulo legal de residencia, serão punidos com as penas comminadas pelo alvará de 25 de junho de 1760; acrescendo, com respeito ás hospedarias e mais casas publicas, a de ser cassada aos donos a licença que lhes houver sido concedida por este governo civil, e contra os donos das casas particulares o processo correctioal pela falta de licença para dar taes hospedagens.

E para que chegue á noticia de todos mandei affixar o presente nos logares publicos do costume.

Lisboa, 30 de março de 1860.—O governador civil, conde de Paraty.

DIRECCÃO DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE SANTAREM

Esta direcção pretende dar de arrematação á factura de uma grade de ferro forjado ou fundido, de 61,5 metros lineares de extensão, para guarnecer a torre de Menagem na praça de Abrantes, pelas condições que estão patentes na secretaria d'esta direcção. As pessoas a quem convier poderão apresentar as suas propostas, em carta fechada, na mesma secretaria até ao dia 16 de abril proximo futuro, em que ha de ser adjudicada a referida obra, quando convenha o preço.

Secretaria da direcção em Santarem, em 30 de março de 1860.—*José Xavier da Silva*, director.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Discursos do digno par, marquez de Niza, proferidos em sessão de 24 de março proximo passado

O sr. Marquez de Niza.—sr. presidente, vejo-me obrigado a vencer a repugnancia que tenho sem-

pre em tomar a palavra, porque como membro da commissão, tendo-me assignado vencido, não posso deixar de justificar e de defender o meu voto.

E uma verdade geralmente reconhecida, tanto pelos defensores do commercio livre, como pelos da protecção, que o peor regimen de leis fiscaes para a agricultura é o da intermittencia e da duvida. Muito se tem escripto, e muito se tem dito sobre este ponto; ultimamente porém houve occasião em Franca de dar largas á discussão sobre esta materia, e os campos de uma e outra escola foram conformes n'este principio; tanto no inquerito a que se procedeu perante o conselho d'estado, como nas columnas do jornal pratico de agricultura, redigido pelo dr. Barral, o desenvolveram os homens mais conspícuos como economistas e agronomos; taes como Leonce Lavergne, o mesmo Barral, barão Thenard, Bavis, André e muitos outros.

A agricultura precisa pois, sob pena das maiores calamidades, um regimen fiscal fixo e permanente. (O sr. Visconde de Balsemão—apoiado). E se em Franca dispertou tantos receios a alternativa entre um imposto maior, e um imposto menor, ou entre um imposto qualquer e a livre admissão, o que será entre nós, em que se trata de dois principios diametralmente oppostos: a admissão livre; a prohibição absoluta!

Parce impossivel que ha cinco ou seis annos a nossa agricultura esteja sujeita a este regimen, e tenha resistido! Mas como tem ella resistido? A custa de mil sacrificios. Quando o lavrador é obrigado a semente, a coasteir a sua lavoura debaixo do regimen de protecção, paga o trigo a 700 e a 800 réis e os jornaes a 400 e a 500 réis, pois estes são sempre em harmonia com o preço do pão, e depois vende a sua colheita, sob o regimen da livre entrada e acha metade d'este preço! isto é na verdade de desanimador. E contudo o que acontece em Portugal ha uns poucos de annos. E que faz o agricultor quando não acha no mercado um preço remunerador que lhe pague o seu trabalho? Que faz? Diminue a área da sua cultura, é tambem o que faz quando, na occasião da sementeira e dos amanhos, os preços das sementes e dos jornaes se elevam repentinamente, tanto mais que a venda é sempre a mesma, pois que esta não diminui com as medidas intermittentes, tomadas pelo governo. Repetindo-se isto dois ou tres annos a fio estabelece-se um circulo vicioso, cada vez ha menos produção, e ha de forçosamente acabar com uma catastrophe.

E só a rasovel elevação dos preços que o remunera do seu trabalho e despezas, e tirando-se-lhe este recurso impossibilita-se esta industria. O remedio contra a carestia está na carestia mesmo. A continuação de taes factos não pôde deixar de trazer, como já disse, grandes catastrophes; é de absoluta necessidade procurar o meio de as evitar. O que me parece melhor satisfaz, é deixar subsistir um preço que, sem excesso, seja remunerador, e que sem ser demasiado baixo, seja bastante para que o operario possa viver sem que o lavrador seja sobrecarregado com altos jornaes. Qual é porém o modo de obter este preço medio que preencha todas as necessidades? é deixar entrar quando ha falta, e deixar sair quando ha excesso. Faço bem alto esta minha profissão de fé, porque sei que me haviam de accusar com epithetos de fossil, retrogrado, e Deus sabe de que, parecendo que hoje defendo a prohibição; mas fazendo-a não deixo de crer que se chegará a este ponto pelos meios que a prudencia e a sciencia indicam. Douz vejo eu para conseguir tal fim: um de salto, outro de vagar e gradualmente.

Não quero levantar hoje aqui uma questão de escola e de principios; isso será opportuno quando uma lei permanente se apresente; adopto porém para a discussão de que agora tratamos os principios do sr. ministro das obras publicas, que sinto não ver presente, e esforçar-me-hei em defender a propria opinião de s. ex.ª contra uma flagrante contradicção em que s. ex.ª parece querer cair. Ha cinco para seis annos, que estamos como disse sujeitos a uma intermittencia e vacillação continuada, entre a livre entrada e prohibição absoluta.

A imprensa, a opinião publica e o parlamento por varias vezes têm feito sentir aos diferentes governos, que é necessario acabar com este estado pernicioso, e fixar por uma vez uma situação permanente. O governo que precedeu o actual entendeu isto, e nos ultimos tempos do ministerio do sr. Carlos Bento, appareceu uma lei de impostos sobre cereaes; o ministerio caiu e com elle a lei no esquecimento. Pouco tempo depois tive a honra de ser nomeado membro do conselho de agricultura, a cujas sessões tenho concorrido desde que a elle pertenco, faltando só a uma por estar doente. Em todas as sessões a que assisti, em pedi, e outras vezes pediram tambem varios membros que se convidasse o sr. ministro a apresentar uma lei permanente sobre cereaes (as actas devem mencionar isto); s. ex.ª prometteu que a havia de apresentar, e dando-se então o caso de estar quasi a findar o prazo que a lei marcava para a admissão dos cereaes, e repugnasse ao conselho o consentir em prorogar esse prazo, concordou-se em que tendo de se abrir as camaras a 4 de novembro, se esperasse por essa occasião, visto não correr perigo a alimentação publica, para se apresentar uma medida provisoria e logo em seguida uma permanente. O sr. ministro foi d'este parecer, e tanto assim que me parece que chegou a apresentar no pouco tempo que viveu a camara dissolvida, uma lei provisoria.

Agora direi, sem querer ver n'isto uma occasião de censurar o sr. ministro, que me parece que s. ex.ª devia dar andamento a essa lei, conforme as suas promessas, e que devia ter uma lei permanente, se não feita, pelo menos na forma como se costuma dizer. Nomeou depois o sr. ministro uma commissão de alguns membros do conselho, commissão a que não pertencei, e a que mandou um projecto de lei permanente de cereaes; a commissão adoptou as idéas do sr. ministro, e conservou as cifras do imposto, que ia gradualmente diminuindo, e estava prompta pela sua parte a lei quando foi apresentada ao conselho, sendo esta apresentação feita na sessão a que eu não assisti por estar incommodado, e por isso digo o que me constou.

Sobre o valor do imposto não houve duvida, as cifras foram aceitas por todos os membros do conselho. Houve porém uma duvida levantada pelo sr. Alexandre Herculano a qual foi sustentada depois por outros membros: quiz aquelle senhor dar-lhe a forma de uma lei que continue em si mesmo a obrigação da revisão no fim de dez annos, baseando s. ex.ª a sua opinião na circumstancia attitivel de que as idéas e melhoramentos agricolas deviam durante esses annos fazer um grande progresso, não só igual ao que teve logar nos ultimos dez annos, mas mesmo muito maior; e por uma progressão geometrica, e fundado n'estas razões queria o sr. Alexandre Herculano e outros membros do conselho, que se revisse a lei para a pôr então de accordo com esses progressos que se tivessem feito. Era esta a sua idéa pouco mais ou menos. O facto porém é que se não apresentou a lei permanente, a razão d'isso não a sei eu. Apresentou-se com tudo na outra camara o projecto de lei que veio depois para esta casa, e que foi mandado á commissão. Fui ali com mais dois dos seus membros os dignos pares marquez de Ficalho e Eugenio de Almeida: tive eu então conhecimento de que o projecto apresentado na camara dos srs. deputados fôr n'ella mutilado, eliminando-se-lhe a authorisação a respeito das farinhas, do milho e da cevada.

Em presenca porém da declaração que fez o sr. ministro de que o mercado de Lisboa estava falto de cereaes, não me propuz entrar em alteração alguma em relação a estes pontos que tinham sido já alterados na camara dos srs. deputados. Comtudo as reflexões importantes que acabo de expor, fizeram com que eu não podesse annuir á admissão livre e simples, nos termos propostos no projecto de lei. E por esta occasião referirei que ha tempos passo no conselho de agricultura um projecto, que depois se poz em pratica, para a admissão em deposito de trigo estrangeiro, em resultado de cuja permissão se depositaram em Lisboa, ou perto de Lisboa, vinte e quatro ou vinte e cinco mil moios de trigo estrangeiro. Quando essa medida se propoz no conselho, eu oppuz-me com todas as minhas forças, e fi-lo assim porque eu previ o que depois aconteceu.

Não creio, sr. presidente, francamente o declaro, que em Lisboa haja uma tão grande falta de cereaes, e menos o creio porque tenho relações com muitos lavradores, da boca dos quaes ouço dizer, que têm quantidade de cereaes, e effectivamente somadas as addições que cada um diz ter, prova-se que não ha falta de cereaes para consumo do reino. Como a ha pois em Lisboa? (apoiados) O facto verdadeiro é, que em Lisboa ha meia duzia de homens que compram aos lavradores os cereaes, e como estes precisam apurar dinheiro, vendem-os com sacrificio á prompto pagamento, ou a letras que logo descontam, tambem com grande sacrificio. São esses taes homens os que vendem aos padeiros. Apenas esses negociantes de cereaes souberam que se admittiam depositos, e apenas imaginaram que a isso se devia seguir a entrada livre, começaram a não comprar ao lavrador, e pizeram a mão na ilharga, como é costume dizer-se, resultando de ahi o ficarem os lavradores com o genero á disposição d'esses senhores que compram só o que é preciso para o consumo diario, e então os lavradores não mandam cereaes, que não acham venda. E esta, sr. presidente, a explicação que eu dou da razão por que em Lisboa não ha deposito. Pessoas ha porém que com menos benevolencia do que eu para com os srs. ministros, dão outra explicação dizendo, que o deposito de trigos estrangeiros que tem estado fôr de Lisboa, tem entrado á formiga, e que é por isso que se não têm podido vender os trigos nacionaes. Em todo o caso, o deposito está ahi, e quando eu fui chamado a dar a minha opinião na commissão, entendi, e ainda entendo, que o consumidor não ganhava nada com esta entrada livre: que o trigo vinha para o mercado, e que havia de vender-se o genero pelo preço nominal que ha hoje, ou por outro approximadamente, ou peor ainda talvez, se em vista da esperança e perspectiva de um imposto em virtude da lei permanente, talvez continuassem os negociantes a tello em deposito a fim de receberem esse ganho, ganho que é já certo logo que haja a lei permanente (apoiados), em virtude da qual elles ganhariam im-

mensamente, ao passo que o pobre consumidor nada poupa (*apoiados*).

Sr. presidente, em presença d'este estado de coisas, e attendendo ás observações que o sr. ministro fez na commissão, e não querendo eu assumir a responsabilidade que pelo meu voto poderia trazer uma crise alimentaria que desse occasião a ser transtornada a segurança publica, o que succedendo assim seria um grande peso para a minha consciência, resolvi-me então a votar por que se admittissem os generos que estão ahí, mas que fossem admittidos com um imposto (*apoiados*).

Ora, não era na commissão que eu podia pedir estatísticas, nem fazer calculos a tal respeito, e então acollhi-me ao projecto originario do sr. ministro, e foi n'este sentido, e da maneira que acabei de referir, que eu votei na commissão, adoptando o imposto da lei permanente; tendo porém o desgosto de não ver abraçada pelos membros d'ella a minha opinião; todavia quero ainda submeter-lhe a decisão d'esta camara, e por isso mando para a mesa um additamento que me parece seria conveniente entrasse em discussão conjuntamente com o § 1.º do artigo 1.º do projecto de lei em discussão. O additamento é o seguinte (*leu*).

O sr. *Marquez de Miza*—sr. presidente, eu responderei até onde as minhas pequenas forças o permittem ao sr. ministro, e ao mesmo tempo ao meu amigo e collega o sr. marquez de Ficalho, que me levou ao campo da sciencia, e desejava que s. ex.ª me poupasse de tratar deste objecto, porque lhe reconheço grande superioridade n'esta materia, e comecarei respondendo aos ultimos argumentos ou asserções do sr. ministro da fazenda. Disse s. ex.ª que se se adoptasse o imposto, como eu tinha proposto, era mais um encargo que pesava sobre o consumidor. Ora eu nego que o imposto lançado agora sobre os cereaes vá sobrecarregar os consumidores, porque a porção de trigo que está em deposito são 24 ou 25.000 moios, como s. ex.ª disse, quer dizer, a alimentação de Lisboa de quatro ou cinco mezes; o commercio é eminentemente intelligente n'estas cousas, muito mais do que nós; tudo quanto possamos fazer para legislar sobre este objecto não produz mais effeito que o seu interesse, e sabendo elle que tem cereaes em deposito até á nova colheita, ainda que não venham mais, eu não tenho o mais pequeno receio de dizer que os vendedores do genero não queiram vende-lo, porque não querem esperar pela colheita, e então não de pagar o imposto e vender pelo preço do mercado. Esta idéa não é minha, é de uma autoridade que também s. ex.ª conhece. Diz Mac Cullock (*leu*).

Disse s. ex.ª que agora não se tratava a questão em grande, palavras de s. ex.ª que eu aqui escrevi, disse que se tratava da questão do momento. Pois d'esta questão é que eu também tratei, e quando vier a esta camara a lei permanente, discutiremos se deve ser a admissão dos cereaes com um imposto grande ou pequeno, se deve ir gradualmente diminuindo todos os annos, e todos estes pontos ficam para então se decidirem. Eu hoje, quando propuz o imposto, admittia, como já disse ainda agora, o que já estava admittido no conselho, e estava na consciencia do sr. ministro, porque não havia tempo para fazer calculos, e acceitei o que s. ex.ª expoz a este respeito; mas também com a probabilidade que a lei permanente seja em relação com este imposto, porque quero evitar, quando estamos com a colheita á porta, que haja uma invasão de generos alimenticios em grande escala, e que venha impossibilitar a lei permanente de poder funcionar. Eu acredito que o sr. ministro das obras publicas quer apresentar a lei permanente, e que não quer impossibilitar esta lei de funcionar.

Disse s. ex.ª que já em novembro do anno passado o governo sabia que era necessaria esta lei, que tinha apresentado ao parlamento uma lei provisoria, e estimaria muito que s. ex.ª, conhecendo essa necessidade, em lugar de discutir a lei provisoria, não visse que era melhor aproveitar o tempo com a discussão da lei permanente, e não chamava sobre si esta responsabilidade.

Ora, eu também não posso imaginar que por tres ou quatro dias que possa levar a discussão do meu additamento na outra camara, perigo por isso a vida dos habitantes d'esta capital (*apoiados*), e sei que a outra camara tem bastante patriotismo para suspender por alguns dias a discussão do contrato de caminho de ferro para tratar d'este importante objecto de utilidade publica, e estou bem certo que havia de ter para com os sr. ministros a mesma benevolencia que já tem tido em outras occasiões (*apoiados*). Porque tem-se visto suspender muitas vezes uma discussão importante, para tratar de outro objecto mais urgente, e então em dois dias de discussão podia na outra camara vencer-se esta emenda, e por esse pouco tempo de demora na approvação d'este projecto não me parece que perigasse a vida dos habitantes de Lisboa (*apoiados*).

O sr. conde da Taipa soltou ainda agora uma palavra, eu não faço censura ao digno par, mas é uma palavra que o sr. ministro rebateu a respeito de negociantes. Eu não me constituo aqui nem em parte alguma denunciante de ninguém, mas o sr. conde da Taipa alludiu a um facto que ainda ouviu hontem da minha boca. Eu não mencionarei nomes, mas direi que no conselho se passou um facto que eu não podia presenciar sem sentir profundamente, e protestar contra elle. Propoz-se um dia no conselho a admissão de tres navios a descarga, que tinham chegado depois do prazo marcado. Leram-se os documentos competentes para se reconhecer a epocha em que aquellos navios tinham saído, e o conselho julgou que elles podiam ser admittidos.

Não sei se foi distracção minha, mas não o creio, porque todos os meus collegas disseram o mesmo, não se ouviram os nomes dos donos: mas um dos navios pertencia a um membro do conselho, e não se soube d'isto senão quando me levaram a consulta para assignar em casa, e então é que vi que um dos navios que tinha sido admittido era de um dos membros do conselho, e que assim tinha votado elle mesmo. Eu fui logo na reunião seguinte, e disse que podia que se declarasse na acta, que o conselho es-tanhava muito que um membro do conselho votasse n'um objecto em que era interessado, e ficasse inhibido de o fazer. Mas um collega, e amigo meu, pediu-me que refraesasse a minha proposta, porque era uma cousa pouco airoza que ficasse consignada na acta do conselho semelhante declaração, devendo-se esperar que o mal se não repetiria em vista do que se estava passando. Eu contei isto aos meus amigos, e o sr. conde da Taipa naturalmente ainda agora alludiu a isso, mas devo dizer á camara que o membro que praticou aquelle acto não era lavrador nem homem de sciencia, era um homem do commercio dos generos de que se tratava e trata agora. Leia as actas do conselho quem quiser saber o nome, porque já disse que eu não partilho da responsabilidade do que ali se fez, mas também não me constituo denunciante de ninguém, e é um facto passado; mas como o sr. conde da Taipa fez allusão a isso, entendi que para mostrar a minha veracidade devia dizer isto.

Agora responderei ao que disse o sr. marquez de Ficalho, que, chamando me a campo, teve a bondade de pronunciar o meu nome, e perguntou se eu queria acceitar um arrendamento com as condições do modo como se havia de fazer a cultura. Eu peço ao digno par que me diga se me faz essa pergunta na qualidade de rendeiro ou senhorio? Porque na qualidade de rendeiro queria esse contrato,

quando achasse o que ha nos paizes onde isso se usa, que é o dinheiro e o credito para acudir á sciencia agricola; e não queria porque não acho isso entre nós. Mas, como senhorio, queria, tomara eu encontrar rendeiros que me promettessem isso, mas que tivessem a consciencia de o poderdesempenhar. Também não se me daria de fazer essas culturas, segurando-me os meios, como se faz em Inglaterra, mas para isso era necessario que eu podesse levantar os fundos sobre a minha propriedade (*apoiados*), o que não é possível do modo como ella se acha actualmente constituída entre nós.

Constituição da propriedade, disse o digno par: essa falta é o nosso grande mal, e aqui está o estado da agricultura em quanto estiver debaixo do regimen actual, que está repellido o credito.

Disse também o sr. marquez de Ficalho que o seu desideratum era a liberdade do commercio em tudo, e principalmente no commercio de cereaes. Eu também desejo o mesmo, mas queria que logo em seguida se adoptassem as medidas convenientes para este fim, marchando de vagar, porque n'este paiz ainda não ha instrução agricola, e ainda não ha dinheiro nem credito de propriedade. É preciso que vamos indo pouco a pouco, para que a agricultura fique solta d'essas andadeiras; e quando poder andar só, então a soltaremos (*apoiados*). Se eu soubesse que o paiz estava disposto a admittir a livre entrada, eu votava por ella, mas como não posso admittir isso, devemos ir passando gradualmente até chegar ao meu desideratum, e creio que s. ex.ª tem também os mesmos desejos.

Agora, sr. presidente, refiro-me a uma questão, questão de sciencia, e em que o digno par me perguntou se eu queria ver Portugal todo coberto de cereaes? Digo que não, porque seria o modo de os não haver.

É preciso alterar a cultura das terras nos diferentes sitios, applicando os terrenos para aquellas que podem dar melhor produção e com maior vantagem, e nos quaes não haja senão a cultura que for mais conveniente. Além disso poderia haver a cultura das arvores e vinhas, e onde podesse ser, a das forragens verdes e secas, alternada com a de cereaes. Portanto haja todas essas culturas, porque com um anno de boa colheita teremos muito mais cereaes do que temos actualmente, e então os terrenos que ora produzem menos hão de produzir mais, e o seu rendimento ha de ser maior (*apoiados*). Mas creio também que se de um dia para outro se obrigarem os lavradores, que tinham até aqui cereaes, a lançarem-se na criação dos gados, e a mudar de regimen, isso faria uma grande confusão na agricultura, e creio que no espaço de dez annos, que o sr. Herculano estabeleceu, os lavradores hão de ter muitos conhecimentos sobre este objecto, e então largarão umas culturas para fazer outras, reconhecendo pela experiencia essa necessidade.

Não me atrevo a suppor que convenci a camara, não direi mais cousa alguma, e submetto a minha emenda á consideração da camara.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 3 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 81 sr. deputados.

O sr. Presidente—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

É introduzido na sala, presta juramento e toma assento o sr. José Dias Ferreira.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração de voto.

«Declaro que votei contra a generalidade do projecto n.º 13, e contra a especialidade.» *Gavicho*.

Também se mandam lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Sousa Machado, de que o sr. Claudio José Nunes não comparece á sessão de hoje por motivo justificado.—*Intervada*.

2.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

3.º Do sr. Guilherme Pacheco, de que deixou de comparecer ás sessões de 28 e 31 de março ultimo, por motivo de molestia; e pelo mesmo motivo terá de faltar por mais algum tempo.—*Intervada*.

4.º Do sr. Avila, de que o sr. Silva Cabral não comparece á sessão de hoje, por ter de ir á sessão do conselho d'estado; e que elle declarante não foi á mesma sessão por que tinha de usar da palavra n'esta camara, que lhe tinha ficado reservada da sessão de hontem.—*Intervada*.

5.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

6.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

7.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

8.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

9.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

10.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

11.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

12.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

13.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

14.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

15.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

16.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

17.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

18.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

19.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

20.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

21.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

22.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

23.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

24.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

25.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

26.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

27.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

28.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

29.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

30.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

31.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

32.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

33.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

34.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

35.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

36.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

37.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

38.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

39.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

40.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

41.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

42.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

43.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

44.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

45.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

46.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

47.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

48.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

49.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

50.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

51.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

52.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

53.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

54.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

55.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

56.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

57.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

58.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

59.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

60.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

61.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

62.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

63.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

64.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

65.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

66.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

67.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

68.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

69.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

70.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

71.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

72.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

73.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

74.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

75.º Do sr. Mello Soares, de que por doente não assistiu á sessão de hontem.—*Intervada*.

clesiasticos e de justiça as representações e pareceres dos srs. cardeaes patriarchas de Lisboa, Saraiva, Carvalho e do actual, sobre a conveniencia e necessidade de desmembrar da freguezia do Pinheiro Grande, concelho da Chamusca, na margem esquerda do Tejo, os fogos de S. Caetano e Cardiga na margem direita do mesmo rio, e sua annexação á freguezia e concelho da Golegã.—*Antonio Dias de Azevedo*.

3.º Requeiro, se peça ao governo pelo ministerio das obras publicas uma nota das despesas effectuadas no primeiro semestre do actual anno economico em cada uma das seguintes estradas:

Vizeu ao Bussaco, Vizeu a Aveiro desde aquella cidade até Albergaria, Foz-Dão a Mangualde, especificando-se quaes as despesas de construcção, e quaes as do pessoal tecnico e de administração.—*E. Coelho do Amaral*.

São remetidos ao governo.

Também se mandam communicar ao governo as seguintes notas de interpellação:

1.º Requeiro que seja prevenido o ex.º sr. ministro do reino, de que he de tomar parte na interpellação annunciada pelo sr. deputado Alves Martins, relativamente ás fabricas de destillação de aguardente.—*A. de Gouveia Osorio*.

2.º Requeiro que seja prevenido o ex.º sr. ministro das obras publicas, de que o pretendo interpellar, para saber se s. ex.ª tenciona pedir ás cortes meios para mandar construir as seguintes estradas de 2.º ordem na provincia do Alemtejo:

I De Evora a Estremoz passando pela Azaneza e Evora Monte.

II De Evora a Barrancos, passando pelo Reguengos, Mourão, Granja e Amareleja.

III De Evora a Serpa, passando pelo Reguengos, Estrella e Moura.

IV De Evora a Villa Viçosa, passando pelo Redondo.—*Rojão*—*J. M. Polido*—*D. Garcia Peres*—*José Maria da Silveira Menezes*.

3.º Chamo a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o seguinte:

Tendo-se concluido o empedramento da avenida da Batalha, e estando esta já aberta ao transitio, falta ainda para a concluir abrir os caboucos para dois muros lateraes em todo o comprimento da avenida, construir os ditos muros e formar a meia laranja defronte do edificio, obras estas cujos projectos estão approvados.

Estando estes trabalhos em andamento, constame que em 28 de março ultimo foi expedida uma circular pelo ministerio das obras publicas, na qual se altera a distribuição de fundos para todo o anno economico, autorizando o director a gastar desde o principio de abril até 30 de junho nas obras abaixo designadas, tão sómente as quantias seguintes:

I 500.000 réis para a construcção da Ponte de Val Gracioso.

II 250.000 réis para o pessoal da direcção.

III 1.374.000 réis para a conservação das estradas concluidas.

Ficando assim a malhada avenida da Batalha em completo esquecimento, e portanto suspensa a conclusão da mesma.

Espero do bom senso do sr. ministro que se diga mandar dar alguns fundos para esta obra, que de ha muito deveria estar concluida.—O deputado por Leiria, *Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque*.

4.º Chamo com urgencia a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o seguinte:

A necessidade de curar promptamente do melhoramento do rio Liz na sua foz, proximo á Vieira, torna-se de dia em dia mais evidente. Já sobre este assumpto chamei a attenção do sr. ministro das obras publicas, até hoje sem resultado. Hoje renovo a minha recommendação, porque acabo de ser informado, que tendo o rio quebrado junto de sua foz, ameaçava desviar-se do leito, e se não lhe accodem de prompto, pôde ir entrar na povoação da praia da Vieira arrazando nada menos de cem a duzentas barraças dos pescadores.

Espero da humanidade e bom senso do sr. ministro, que se sirva prover sem demora a este perigo eminente.—O deputado por Leiria, *F. L. Mousinho de Albuquerque*.

Tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Henriques Secco, fazendo algumas alterações na carta de lei de 12 de agosto de 1856, para o melhoramento dos campos do Mondego.

É admittido e enviado á commissão de administração publica; e mandado publicar no *Diário de Lisboa*.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*—manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que seja impressa no *Diário de Lisboa* a representação que hontem mandei para a mesa, assignada por cento e seis pescadores da foz do Douro, para que os interessados de toda a costa de Portugal tenham conhecimento do que se trata, e reclamem o que mais lhes convier.»—*D. Rodrigo de Menezes*, deputado por Villa Nova de Famalicão.

É admittido, e logo approvado.

O sr. *Moraes Carvalho*—a camara deliberou que ficasse sobre a mesa varios documentos tendentes a illucidar o projecto n.º 10, que já está dado para ordem do dia; mas tendo recorrido á mesa por varias vezes para os examinar, não é possível encontrá-los ahí, e por isso pede ao sr. presidente, que faça efectiva a resolução da camara, fazendo com que esses documentos venham para a mesa, a fim de poderem ser examinados antes de se entrar na discussão do projecto.

O sr. Presidente—esses papeis estão na commissão de fazenda, e vae ordenar que sejam enviados á mesa para poderem ser examinados.

O sr. *Neutel*—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Silves, pedindo que seja rejeitada a da camara municipal de Albufeira, para ir por ali a estrada littoral de Faro a Lagos, em consequencia da muita despeza que teria de se fazer em desaterros e na demolição de muitas rochas, e pede que ella vá de Quarteira ao Poço dos Ferreiros, Paço, Algoz, Silves, Odolécia e Mexoleira Grande; e não vá por Villa Nova pelas grandes despesas que tem de se fazer nas tres pontas de Villa Nova e Alvor, cujas despesas de certo importam mais do que a mesma estrada de Faro a Lagos.

O sr. *Domingos de Barros*—envia para a mesa uma proposta para que o projecto do governo, para a redução dos direitos da aguardente, seja remetido á commissão de vinhos, para a este respeito ser ouvido o seu parecer.

O sr. *Custodio de Faria*—manda para a mesa um requerimento de João Pereira de Barros, tenente, que foi, do batalhão de caçadores n.º 4, e com elle a renovação da iniciativa do projecto de lei n.º 22, da commissão de organização e administração militar, de 28 de janeiro de 1858 (hoje na commissão de guerra), a fim de lhe ser dado o andamento regular, em vista dos fundamentos expostos no relatório d'aquelle projecto, de que renova a iniciativa e requerimento apresentado, e para o fim da effectividade, mencionada no mesmo requerimento.

O sr. *Maria de Almeida*—envia para a mesa um requerimento de D. Pedro Mascarenhas de Menezes, a fim de lhe serem pagos os soldos que se lhe devem.

Manda também para a mesa uma declaração de que votou contra a generalidade do projecto de lei n.º 13, e contra o artigo 1.º

O sr. *Gavicho*—sente que as cadeiras dos srs. ministros estejam desertas, que apesar d'isto aproveitaria a occasião de ter a palavra para fazer um justo pedido ao governo, mas ia fallar a custo, e a se pesar não estando presente o nobre ministro das obras publicas, a quem tinha de se dirigir, porém havia oito ou dez dias que tem a palavra para fazer este pedido, estando farto de esperar, e desesperando até de o poder fazer, se não fizesse agora.

Como entrava na sala o nobre ministro da fazenda, pediria a s. ex.ª que tivesse a bondade de tomar nota do que vae dizer, para fazer o favor de o communicar ao seu collega o nobre ministro das obras publicas. Felizmente já gosamos dos beneficios do milagre da civilização, d'esse filho miraculoso do genio do homem, que faz do mundo quasi um ponto, e permite que entre o novo mundo e a Europa se converse

Sendo o custo do caminho de leste 40:500:000 réis, dos quaes a companhia só dá metade, ou réis 20:250:000, e deduzindo-se d'esta cifra a parte correspondente á despeza dos movimentos de terra para a segunda via, 2:250:000 réis, isto é, terça parte da sexta parte do custo total, segue-se que a companhia desembolça réis 18:000:000, que lhe rendem réis 2:250:000, ou 12 1/2 por cento.

E no caminho do norte desembolça a companhia réis 21:500:000 que lhe rendem réis 2:700:000, ou 12 1/2 por cento.

Não deseja que em vista da concessão que se faz á empresa nós sejamos ainda em cima obrigados a fazer os movimentos de terra para a segunda via no fim dos quinze annos, quando já n'essa occasião, adoptada a cifra de 840:000:000 réis apresentada pelo sr. Mamede, e calculado o juro d'essa somma a 6 por cento, já n'essa epocha a empresa tem tido um bonus de mais 1:000:000:000 réis.

Espero por tanto que a camara tendo em consideração o que leva exposto, approve o novo artigo que acaba de apresentar.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—é exacto o que acaba de dizer o illustre deputado relativamente ao que se passou nas comissões. Não tem duvida em aceitar as primeiras moções do illustre deputado como recommendações ao governo, e é esta a forma que s. ex.^a lhes deu. Uma d'ellas é quasi uma questão de redacção. Posto que reputo que seja expresso, que devendo terminar o caminho na margem direita do Douro no Porto por força de la de passar sobre a ponte do Douro; entretanto para melhor clareza não duvida que isso se consigne ainda mais expressamente.

Em quanto a marcar-se o praso para o acabamento dos aterraes para a segunda via, é uma garantia, e não terá duvida em o fazer no accordo com o concessionario. A respeito de se marcar a largura dos perfis, era essa a sua intenção, e já foram mandadas instrucções ao nosso agente em Madrid para obter os perfis estabelecidos para as principaes linhas de Hespanha, nomeadamente aquellas que hão de ser o prolongamento do nosso caminho de ferro de leste para executar exactamente a decisão que a camara tomou, e em conformidade com esses perfis se adoptarem os dos nossos caminhos de ferro.

Não pôde porém aceitar a ultima moção do illustre deputado, mesmo porque versa sobre materia que está discutida, e a camara não querá talvez reconsiderar uma votação. Se, depois de approvado um artigo, fosse permitido sobre a materia d'esse artigo fazer novas moções, a discussão poderia nunca acabar, e ainda que esta não era a intenção do illustre deputado, contudo, admitido o precedente, poderia a camara achar-se em graves embaraços (apoiados).

A camara votou um contrato, combinado entre o governo e o concessionario; autorizou tambem o governo a fazer um accordo, accordo tambem combinado, porque se sabe que o concessionario o aceita, e votando esse accordo, votou as mutuas concessões que se podem fazer sobre este objecto; como impo agora uma nova obrigação ao concessionario? Não discute o assumpto porque entende que o não pôde fazer sem a camara reconsiderar a sua votação, entretanto poderia fazer algumas observações em relação ás que fez o illustre deputado. S. ex.^a calculou o custo do caminho de ferro no dobro da subvencção. Foi uma hypothese que estabeleceu; mas todos sabem que o caminho á fronteira foi já orçado em 50:000:000 réis pela subvencção, agora é orçado em 40:000:000 réis, e se a subvencção fosse de 10:000:000 réis era orçada em 20:000:000, por consequencia a base podia ser contestada.

O illustre deputado calculou um certo rendimento com o qual o concessionario lucra 12 1/2 por cento; mas esse rendimento pôde não se verificar, pôde acontecer que na epocha designada para se fazer a segunda via o emprezario não tire esse lucro, alem da hypothese da remissão ser pouco provavel.

Não faz outras observações porque não quer discutir a materia, e só o fará quando a camara resolver que quer reconsiderar a sua votação e discutir novamente aquillo que já foi votado.

O sr. *Presidente*:—depois de na mesa se ler o artigo 2.º, foi esse artigo posto em discussão. Houve um sr. deputado que pediu a palavra sobre a ordem e apresentou algumas moções dando a parte d'ellas a direcção que o sr. ministro já declarou que aceitava, e a outra parte, não sendo relativa á materia do artigo 2.º, o sr. deputado declarou que era uma especie nova, e que não duvidaria fazer d'ella um artigo adicional para ser incluido no projecto. Da sua parte, pois, cumpre-lhe manter a ordem da discussão, lembrando aos srs. deputados, que o que está em discussão é o artigo 2.º (apoiados), e que sobre esse artigo é que podem fallar, reservando para depois a moção ou artigo adicional do sr. Avila, que ainda não foi admittido á discussão, e vai consultar a camara sobre se o admitte.

O sr. *Ministro das obras publicas*:—parece-lhe que não deve ser consultada a camara sobre a admissão á discussão do artigo adicional, mas sim sobre se a sua materia está ou não prejudicada.

O sr. *Avila*:—uma vez que foi concedida a palavra ao sr. ministro das obras publicas para responder sobre as recommendações que apresentou, parece que este assumpto devia ser esgotado; entretanto preencheu um dever de consciencia; a camara fará o que entender; mas, n'uma questão tão grave como aquella, sobre que chamou a attenção da camara, parece-lhe que haveria cousa melhor a fazer do que responder: está prejudicada. Deseja, porém, que o sr. ministro das obras publicas responda ao pedido que lhe fez sobre se tinha difficuldade em que as suas suas declarações fossem consignadas na acta, resposta que agora acha tanto mais necessaria, quanto lhe parece que s. ex.^a não respondeu com a clareza que esperava que s. ex.^a o fizesse, porque metten uma outra questão que podia entrar n'outro lugar.

O sr. *Ministro das obras publicas*:—o que ha de redigir para se consignar na acta é o seguinte: que não tem duvida em tornar expresso no accordo que quando se diz que o caminho de ferro terminará na margem direita do Douro na cidade do Porto, se inclue a ponte sobre o Douro. Que não tem duvida em marcar os prazos em que hão de acabar os aterraes. Que não tem duvida em estabelecer no accordo, que as dimensões dos perfis hão de ser marcadas conforme os perfis que vierem de Hespanha, e d'aquellas linhas que hão de entroncar com o nosso caminho de ferro.

O sr. *Pinto Coelho*:—pediu a palavra sobre o modo de propor, quando ouviu apresentar a idéa de que se consultasse a camara sobre se a proposta do sr. Avila estava ou não prejudicada, porque se queria oppor a que esta votação tivesse lugar, sem para esse fim ser apresentada uma moção de ordem, essa moção ser admittida á discussão e ser discutida, porque entende que a camara não pôde julgar uma materia prejudicada, sem primeiramente discutir se effectivamente está ou não prejudicada.

O sr. *José Estevo*:—pede que se consulte a camara sobre se a proposta do sr. Avila está ou não prejudicada, e observa que esta moção que faz não se discute nem se pôde discutir; não é isso conforme com os estylos da casa, e quando se apresenta uma proposta sobre assumpto, a respeito do qual a camara já votou, ella tem o direito, antes de todo o debate, de resolver se essa proposta está ou não prejudicada.

Posto á votação o requerimento do sr. José Estevo é approvado por 78 votos contra 33, que estão prejudicadas as moções apresentadas pelo sr. Avila.

Continua a discussão sobre o artigo 2.º

O sr. *Carlos Bento* (sobre a ordem):—declara que o seu estado de saúde não lhe permite tomar parte na discussão.

O sr. *Avila*:—dando-se n'este artigo ao governo os meios precisos para supprir os encargos que lhe hão de provir da approvação do contrato para os caminhos de ferro, não pôde deixar de votar esses meios, porque votou pelo contrato para esses dois caminhos, salva a disposição que a camara conhece; mas tem de fazer observações sobre este objecto para provocar explicações dos srs. ministros acerca do que s. ex.^a pertendem fazer para levantar o nosso credito, e habilita-lo a poder satisfazer aos encargos d'este contrato com o menor sacrificio para o paiz.

Sendo os titulos de divida fundada a moeda com que se hão de pagar os melhoramentos materiais do paiz, é com elles que se pagam agora os encargos das duas linhas de ferro, e com elles que se hão de pagar os encargos do caminho de ferro do Alemtejo, cujo parecer vai ser mandado para a mesa; e, na verdade, não estamos em circumstancias favoraveis, porque o preço das nossas inscripções não é animador, e muito menos o dos nossos fundos em Inglaterra.

Torna-se por consequencia necessario um complexo de medidas que proveja a este estado.

O illustre ministro da fazenda prometteu que havia de trazer á camara um projecto para a desamortisação dos bens dos conventos, a exemplo do que elle, orador, fizera, quando ministro, em dezembro de 1858, e sente muito que o governo actual não tivesse até hoje tomando a iniciativa d'esse projecto, quando as difficuldades com que se luta ao presente já existiam ha um anno. Acredita que o nobre ministro ha de trazer esse projecto, mas sente que de tudo se tenha tratado menos das medidas que era indispensavel que tivessem tomado o primeiro logar nos negocios de que havia a tratar na camara.

Mas não basta pensar na desamortisação dos bens dos conventos, ha mais alguma cousa a fazer. Ha uma grande quantidade de propriedades, que constituem a dotação dos estabelecimentos de caridade, que podiam ser convertidas nos nossos titulos de divida fundada com grande vantagem desses mesmos estabelecimentos e com a cessação de alguns erros de administração, os quaes têm dado logar a queixas, e têm produzido no publico alguma impressão.

Se se attendesse a esta questão com a devida seriedade; os nossos fundos lá fôra, em vez de decrescer haviam de subir.

Ora indo fazer-se uma emissão de titulos, que se ha de aproximar de 30.000:000:000 réis, que produzem um encargo annual de 900:000:000 réis, se se podesse fazer com que esses titulos subissem á altura a que devem subir, esses 900:000:000 réis ficam reduzidos a metade ou a pouco mais de metade.

Nestes termos, deseja que o sr. ministro da fazenda faça uma declaração na camara, qual é a de que daqui até 30 de junho os encargos que o governo tem a satisfazer por virtude do contrato, que está approvado hão de ser satisfeitos por qualquer meio, que não seja um emprestimo, uma operação sobre esses fundos; declaração que é precisa por causa de uma disposição de um contrato que está a findar. Ora como esse contrato dura ainda até 30 de junho, e no estado em que estão as obras d'esse caminho é possível que o concessionario tenha de reclamar do governo o pagamento de alguma parte da subvencção, não desejava que o thesouro fosse ainda aggravado com a despeza que lhe pôde resultar hoje da execução d'essa disposição, fazendo-se o levantamento de fundos por meio da casa a que se referia, ou esperando ella algum bonus, que não entende que se lhe desse dar.

O nobre ministro não pôde ter duvida em fazer esta declaração, e deve tranquillizar alguns receios que pôde haver em relação á maneira mais ou menos onerosa, por que hajam de ser satisfeitos os encargos do caminho de ferro, que elle, orador, deseja que o sejam de modo que produzam para o paiz o menor sacrificio possível.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—O illustre deputado como membro distincto da opposição podia votar contra o artigo, mas como homem amante do seu paiz, como representante d'elle, não pôde negar ao governo os meios necessários para realizar um melhoramento tão importante.

Em assumptos d'esta ordem felizmente os homens illustres d'este paiz, de todas as parcialidades, de todas as politicas, não começam por perguntar, se o paiz pôde ou não construir os caminhos de ferro, mas tratam de examinar as condições em que elles devem ser feitos, e de os votar como uma necessidade imperitvel, e depois de votados é que se vai procurar o encargo. Elle, orador, nota isto como um grande progresso, e saúda este facto que se dá no seu paiz.

Ha dez annos eram os caminhos de ferro considerados uma utopia por muitos espiritos esclarecidos. Hoje os nossos caminhos de ferro são considerados uma necessidade de tal ordem, que se discute o voto do artigo 1.º; pronunciam-se pelo projecto 124 deputados contra 12; declara-se que é necessario fazer 8.000:000:000 de despeza para construir as nossas linhas ferreas, antes de se discutir por que meio havemos de levantar este dinheiro.

Isto é um facto que mostra quanto a camara e o paiz estão convencidos da necessidade que ha de construir as novas vias de comunicação accelerada.

O paiz hoje não pergunta a si mesmo se pôde ou não, construir os seus caminhos de ferro; felizmente é assim, por que um paiz que duvidasse dos seus meios para os seus melhoramentos e para o seu progresso, era um paiz que tinha riscado o seu nome da carta das nações da Europa, um paiz que tinha perdido a sua autonomia politica.

A camara votou a despeza e a camara não pôde deixar de habilitar o governo com os meios necessários, para prover aos seus encargos; portanto, o artigo em discussão é a consequencia do que a camara votou.

Reconhece como o illustre deputado que uma larga emissão de titulos de divida publica, será indispensavel para occorrer aos encargos das duas linhas ferreas que se acabam de votar, e a outros que o governo espera que o parlamento votará em breve, assim como, que cumpre empregar todos os meios tendentes a dar maior valor aos nossos titulos, facilitando o seu emprego e assegurando de uma maneira certa e indubitavel o pagamento dos seus encargos. Com estas condições não recia o governo que as emissões que tem de fazer possam actuar no credito publico, e estas condições reputa-as indispensaveis. Ao mesmo tempo que se emitem novos fundos, é necessario procurar o emprego d'esses fundos, procurar dotalos com uma dotação real para se occorrer aos seus encargos, e não recuar diante do odioso do imposto e augmentar a nossa receita, para se chegar ao grande fim a que todos se propõem. Esta responsabilidade toma-a o governo e aceita-a.

Temos de fazer uma despeza proximoamente de 8.000:000:000 réis, e nos termos em que o contrato foi approvado, esta despeza pôde ser no primeiro anno de 2.800:000:000, e temos alem d'isto, os encargos dos caminhos de ferro do sul, e a construção das estradas, assim como haverá preciso de votar alguns meios para occorrer á continuação dos melhoramentos da capital.

Portanto, empregando-se os dois meios a que se refere, não recia que o nosso credito soffra.

E a proposito do credito permitta-lhe o illustre deputado que observe que, embora algumas circumstancias tenham concorrido para que os nossos fundos exteriores se encontrem hoje em um preço mais desfavoravel do que quando o ministerio tomou conta da administração, acontece que os nossos fundos internos se mantem no mesmo nivel, e não pôde attribuir-se ao governo, nem á sua gerencia financeira, a origem d'este facto, quando se vê que os consolidados inglezes têm baixado, e quando se vê que o banco de Inglaterra acaba de elevar a taxa a 4 1/2 por cento. O que se mostra pois, é que a situação politica da Europa não assegura aos mercados inteira e completa confiança. Os nossos fundos na sua ligeira declinação tem acompanhado os fundos inglezes; e quando estes factos se dão, não lhe parece que essa baixa possa ser attribuida a faltas do governo, nem o illustre deputado o disse.

Agora quanto aos dois pontos sobre que o illustre deputado provocou uma resposta, diria em primeiro logar que, como s. ex.^a sabe, o contrato de 30 de julho de 1859 celebrado com a casa *Erlanger*, não inibe o governo de fazer qualquer contrato sobre fundos publicos, mas unicamente estabelece a condição de que se não poderia fazer venda de titulos de divida fundada até ao dia 30 de junho de 1860 se não de accordo com aquella casa; e o governo não reputa necessario até 30 de junho proximo, fazer venda de titulos de divida fundada externa, e entende que as circumstancias actuaes não o autorizavam a fazer venda de titulos nas condições em que foi forçado a fazê-lo.

Esta segunda parte terá occasião de o demonstrar á camara, e cre que o illustre deputado n'esta parte ficará satisfeito com as explicações que acaba de dar. (O sr. *Avila*:—apoiado).

Quanto ao outro ponto o illustre deputado sabe qual é a opinião do governo a esse respeito, porque ella está manifestada no relatório que apresentou á camara, e lá se consigna expressamente a idéa de que o governo aceitava nas suas principaes bases, as disposições economicas e financeiras do projecto pelo illustre deputado apresentado ao parlamento, para a inversão em titulos de divida fundada, dos bens dos conventos de religiosas, cabidos, mitras, etc.

Por consequente, desde o momento que o governo declarou perante o parlamento que adoptava o pensamento principal d'esta medida, e o pensamento referia-se á parte economica e financeira do projecto, não cre com razão que justamente possa alguem duvidar de que o governo ha de cumprir a palavra a que se comprometteu perante o parlamento, e o illustre deputado sabe que este negocio está em andamento.

Assegura portanto ao illustre deputado e á camara que esse projecto ha de vir ao parlamento, o governo pensa em facilitar a adopção de uma medida de tanta importancia e transcendencia, e em estabelecer desde já a subrogação das propriedades pertencentes aos conventos de religiosas, em titulos de divida fundada com applicação aos mesmos conventos. E só por este lado temos meios de dar emprego a uma somma de titulos de divida publica superior ao que será necessario emitir no primeiro anno para occorrer aos encargos de todas as obras que o governo tem proposto.

Pelos inventarios já feitos, mostra-se que o valor das propriedades d'estes estabelecimentos, passa de 5.400:000:000 réis e este valor dá de certo solução á somma de titulos de divida publica, de réis 14:000 e tantos centos. E o governo não se ha de limitar só a este ponto; o governo pelo ministerio a cargo d'elle, orador, terá occasião de apresentar outros projectos tendentes todos a facilitar o emprego dos nossos fundos e a fazer prosperar o nosso credito, principalmente na occasião em que temos de usar d'elle em larga escala para occorrer aos grandes melhoramentos de que o paiz tanto carece.

Não pôde deixar de se congratular com o sr. Avila, por uma verdade que s. ex.^a conhece tão perfeitamente como o governo, e que manifestou ha dias no parlamento; verdade que, apesar de estar provada pelos documentos officiaes, e provada ha muito tempo, ainda não calou no espirito publico, ainda se não convenceram todos d'ella, e ainda deixa logar a que haja preconceitos quanto ao estado das cobranças, e quanto ao que se pôde esperar do melhoramento da cobrança dos actuaes rendimentos publicos. S. ex.^a demonstrou que o estado das cobranças é tal que effectivamente se cobra mais do que se vota, mas que não é d'ahi que se pôde esperar que venham novos recursos. No relatório do ministerio da fazenda, já distribuido na camara, vem o documento n.º 71, em presença do qual nem se pôde dizer que o governo cobra mal, nem se pôde confiar em que d'ahi nos venham recursos permanentes e estaveis para melhorarmos o nosso estado financeiro: pelo contrario, o que elle demonstra é, que effectivamente o que se deixa de cobrar da receita corrente e fica para os annos seguintes, é muito menos que aquillo que se cobra da receita atrozada, mas isto não pôde durar muito, porque essa divida atrozada vai diminuindo successivamente, pelo menos a parte cobravel d'ella, e o que succederá em poucos annos, é que, até ella se extinguir, a receita publica poderá attingar a somma que se lançam, mas não a poderá de certo exceder. Não podemos portanto confiar no melhoramento da cobrança; é preciso reconhecer como uma necessidade imperitvel o augmento da receita publica, a par de outras medidas, que devem tender a augmentar o nosso credito, e a fazê-lo prosperar. É preciso arrostar a impopularidade que taes medidas podem trazer, e sobre tudo é preciso fallar a verdade ao paiz, e aceitar as consequências do nosso voto e da nossa responsabilidade. Cre que a camara, compenetrando-se d'estas verdades, não ha de recusar-se, como de certo se não recusa, a votar ao governo os meios necessários, para que sejam preenchidos os encargos de que trata o contrato dos caminhos de ferro, e não ha de recusar-se mais tarde a entrar franca e abertamente na questão; a examina-la; a aceitar, se lhe parecerem os mais aceitaveis, os alvitres que o governo propõe; mas, em todo o caso, quando os não aceite e não julgue efficazes, não deixará de substituí-los por outros que, na sua opinião, o sejam: e não se recusará, n'uma palavra, a aceitar o principio indispensavel do augmento da receita publica; porque, se o não fizesse, nós caminharíamos para uma verdadeira ruina.

Com estas cautelas, com estas precauções que no artigo se estabelecem, o governo, confiando como confia em que a camara dos srs. deputados ha de tomar um tão serio assumpto na consideração que elle merece, não recia que o credito seja abalado e soffra pelas emissões que tem necessariamente de ser feitas: o governo pelo contrario, acredita que o parlamento, votando esta despeza de 8.000:000:000 réis para a construção das nossas principaes linhas ferreas, vota a melhor e a mais productiva das economicas. (Vozes:—muito bem.)

O sr. *Antonio de Carvalho* (sobre a ordem):—manda para a mesa o parecer da comissão de fazenda e obras publicas sobre o contrato do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja.

O sr. *Monteiro Castello Branco*:—fez diferentes

cargos dos caminhos de ferro do sul, e a construção das estradas, assim como haverá preciso de votar alguns meios para occorrer á continuação dos melhoramentos da capital.

Portanto, empregando-se os dois meios a que se refere, não recia que o nosso credito soffra.

E a proposito do credito permitta-lhe o illustre deputado que observe que, embora algumas circumstancias tenham concorrido para que os nossos fundos exteriores se encontrem hoje em um preço mais desfavoravel do que quando o ministerio tomou conta da administração, acontece que os nossos fundos internos se mantem no mesmo nivel, e não pôde attribuir-se ao governo, nem á sua gerencia financeira, a origem d'este facto, quando se vê que os consolidados inglezes têm baixado, e quando se vê que o banco de Inglaterra acaba de elevar a taxa a 4 1/2 por cento. O que se mostra pois, é que a situação politica da Europa não assegura aos mercados inteira e completa confiança. Os nossos fundos na sua ligeira declinação tem acompanhado os fundos inglezes; e quando estes factos se dão, não lhe parece que essa baixa possa ser attribuida a faltas do governo, nem o illustre deputado o disse.

Agora quanto aos dois pontos sobre que o illustre deputado provocou uma resposta, diria em primeiro logar que, como s. ex.^a sabe, o contrato de 30 de julho de 1859 celebrado com a casa *Erlanger*, não inibe o governo de fazer qualquer contrato sobre fundos publicos, mas unicamente estabelece a condição de que se não poderia fazer venda de titulos de divida fundada até ao dia 30 de junho de 1860 se não de accordo com aquella casa; e o governo não reputa necessario até 30 de junho proximo, fazer venda de titulos de divida fundada externa, e entende que as circumstancias actuaes não o autorizavam a fazer venda de titulos nas condições em que foi forçado a fazê-lo.

Esta segunda parte terá occasião de o demonstrar á camara, e cre que o illustre deputado n'esta parte ficará satisfeito com as explicações que acaba de dar. (O sr. *Avila*:—apoiado).

Quanto ao outro ponto o illustre deputado sabe qual é a opinião do governo a esse respeito, porque ella está manifestada no relatório que apresentou á camara, e lá se consigna expressamente a idéa de que o governo aceitava nas suas principaes bases, as disposições economicas e financeiras do projecto pelo illustre deputado apresentado ao parlamento, para a inversão em titulos de divida fundada, dos bens dos conventos de religiosas, cabidos, mitras, etc.

Por consequente, desde o momento que o governo declarou perante o parlamento que adoptava o pensamento principal d'esta medida, e o pensamento referia-se á parte economica e financeira do projecto, não cre com razão que justamente possa alguem duvidar de que o governo ha de cumprir a palavra a que se comprometteu perante o parlamento, e o illustre deputado sabe que este negocio está em andamento.

Assegura portanto ao illustre deputado e á camara que esse projecto ha de vir ao parlamento, o governo pensa em facilitar a adopção de uma medida de tanta importancia e transcendencia, e em estabelecer desde já a subrogação das propriedades pertencentes aos conventos de religiosas, em titulos de divida fundada com applicação aos mesmos conventos. E só por este lado temos meios de dar emprego a uma somma de titulos de divida publica superior ao que será necessario emitir no primeiro anno para occorrer aos encargos de todas as obras que o governo tem proposto.

Pelos inventarios já feitos, mostra-se que o valor das propriedades d'estes estabelecimentos, passa de 5.400:000:000 réis e este valor dá de certo solução á somma de titulos de divida publica, de réis 14:000 e tantos centos. E o governo não se ha de limitar só a este ponto; o governo pelo ministerio a cargo d'elle, orador, terá occasião de apresentar outros projectos tendentes todos a facilitar o emprego dos nossos fundos e a fazer prosperar o nosso credito, principalmente na occasião em que temos de usar d'elle em larga escala para occorrer aos grandes melhoramentos de que o paiz tanto carece.

Não pôde deixar de se congratular com o sr. Avila, por uma verdade que s. ex.^a conhece tão perfeitamente como o governo, e que manifestou ha dias no parlamento; verdade que, apesar de estar provada pelos documentos officiaes, e provada ha muito tempo, ainda não calou no espirito publico, ainda se não convenceram todos d'ella, e ainda deixa logar a que haja preconceitos quanto ao estado das cobranças, e quanto ao que se pôde esperar do melhoramento da cobrança dos actuaes rendimentos publicos. S. ex.^a demonstrou que o estado das cobranças é tal que effectivamente se cobra mais do que se vota, mas que não é d'ahi que se pôde esperar que venham novos recursos. No relatório do ministerio da fazenda, já distribuido na camara, vem o documento n.º 71, em presença do qual nem se pôde dizer que o governo cobra mal, nem se pôde confiar em que d'ahi nos venham recursos permanentes e estaveis para melhorarmos o nosso estado financeiro: pelo contrario, o que elle demonstra é, que effectivamente o que se deixa de cobrar da receita corrente e fica para os annos seguintes, é muito menos que aquillo que se cobra da receita atrozada, mas isto não pôde durar muito, porque essa divida atrozada vai diminuindo successivamente, pelo menos a parte cobravel d'ella, e o que succederá em poucos annos, é que, até ella se extinguir, a receita publica poderá attingar a somma que se lançam, mas não a poderá de certo exceder. Não podemos portanto confiar no melhoramento da cobrança; é preciso reconhecer como uma necessidade imperitvel o augmento da receita publica, a par de outras medidas, que devem tender a augmentar o nosso credito, e a fazê-lo prosperar. É preciso arrostar a impopularidade que taes medidas podem trazer, e sobre tudo é preciso fallar a verdade ao paiz, e aceitar as consequências do nosso voto e da nossa responsabilidade. Cre que a camara, compenetrando-se d'estas verdades, não ha de recusar-se, como de certo se não recusa, a votar ao governo os meios necessários, para que sejam preenchidos os encargos de que trata o contrato dos caminhos de ferro, e não ha de recusar-se mais tarde a entrar franca e abertamente na questão; a examina-la; a aceitar, se lhe parecerem os mais aceitaveis, os alvitres que o governo propõe; mas, em todo o caso, quando os não aceite e não julgue efficazes, não deixará de substituí-los por outros que, na sua opinião, o sejam: e não se recusará, n'uma palavra, a aceitar o principio indispensavel do augmento da receita publica; porque, se o não fizesse, nós caminharíamos para uma verdadeira ruina.

Com estas cautelas, com estas precauções que no artigo se estabelecem, o governo, confiando como confia em que a camara dos srs. deputados ha de tomar um tão serio assumpto na consideração que elle merece, não recia que o credito seja abalado e soffra pelas emissões que tem necessariamente de ser feitas: o governo pelo contrario, acredita que o parlamento, votando esta despeza de 8.000:000:000 réis para a construção das nossas principaes linhas ferreas, vota a melhor e a mais productiva das economicas. (Vozes:—muito bem.)

O sr. *Antonio de Carvalho* (sobre a ordem):—manda para a mesa o parecer da comissão de fazenda e obras publicas sobre o contrato do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja.

O sr. *Monteiro Castello Branco*:—fez diferentes

considerações para fundamentar o seu voto, não só contra o artigo, mas contra todo o projecto.

(O orador não pôde ser ouvido no banco dos tachygraphos).

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—manda para a mesa uma proposta de lei, estabelecendo um credito supplementar no ministerio da marinha; outra renovando a iniciativa de algumas propostas de lei apresentadas na camara passada, pertencentes ao ministerio do reino, e uma proposta para o sr. Filipe Folque poder accumular, querendo, as funções de deputado, com as de director do observatorio, estabelecido no arsenal da marinha.

Ficam sobre a mesa, para amanhã se lhes dar destino.

O sr. *Faustino da Gama*:—sente que o seu estado de saúde lhe não permitta entrar largamente na apreciação do objecto que occupa a camara, pois apenas com grande difficuldade podia fallar, tal era o estado de rouquidão em que se achava. Não pôde contudo deixar de fazer algumas observações para justificar o seu modo de proceder em relação á actual situação, bem certo de que a camara lhe fará a justiça de acreditar que elle, orador, só cuida das cousas, sem lhe importar com os homens, que dirigem os negocios do estado, porque como taes a todos respeita (apoiados).

Comearia por onde acabára o sr. ministro da fazenda. S. ex.^a disse, que os 8.000:000:000 réis em effectivo, que são necessários para os caminhos de ferro, não alterariam o preço dos nossos fundos, uma vez que os juros fossem bem pagos. A isto diria, que os 8.000:000:000 réis, que s. ex.^a diz agora serem necessários, não é a mesma somma que menciona no seu relatório, porque ali diz serem 12.000:000:000 réis.

Ainda que isto seja mais uma contradicção, não se fará cargo d'ella, mas dirá que essa somma em effectivo importará em 20:000 até 30.000:000:000 réis em titulos de divida; e se se tomarem em consideração os precedentes bem recentes, deve-se esperar o triplo, isto é 90.000:000:000 réis de divida fundada, porque a lei de 5 de março de 1858, autorizava o governo a levantar só o necessario para a construção do caminho de ferro, o governo á sombra d'essa lei levantou e applicou differentemente o valor da maior parte de cerca de réis 7.000:000:000 de divida que fundou e vendeu.

Já se vê pois que a autorisação que se pede não é para gastar como as leis mandam o estatim. O governo em tendo gasto como lhe apraz, vem á camara e pede um *bill* de indemnidade; allega o que lhe parece; a camara concede-lho, e assim passa tudo; e a divida fica a cargo da nação. Aquillo para o qual ella deveria ser contrahida, e no que apenas se gastou uma pequena parte, fica por fazer, ou por acabar.

Deve ser justo dizendo que esta tem sido a marcha dos governos n'esta terra desde 1833, salvas poucas honrosas excepções (apoiados). Bem lembrado estava elle, orador, do que se passou em Inglaterra, quando ali se procurava levantar dinheiro para restituir o throno á Rainha, e a liberdade a esta terra. «Temos uma massa enorme de bens nacionaes para pagar estes emprestimos.» Diziam (como lho ouviu elle, orador), os que os solicitavam; e em verdade assim era. A divida contrahiu-se; gastou-se o dinheiro; venderam-se os bens nacionaes; gastou-se tambem o dinheiro, e a divida nunca se pagou (apoiados—é verdade). Agora a titulo de caminhos de ferro contrahiu-se uma enorme divida nova em cima da velha, e diz-se: «hão de se pagar religiosamente os juros; o credito não ha de soffrir.» Como, pergunta elle, orador? Com os novos e extraordinarios tributos que o paiz nem pôde nem quer pagar? Permittisse-lhe a camara repetir aqui o que dissera em outro logar no tempo da camara transacta.

Supponha-se Portugal um navio de uma certa tonelagem, que carregado elle com carga que essa tonelagem comporta, navega; mas se o sobrecarregarem com peso com que não possa, sobobra; isto parece-lhe logico (apoiados). É justamente o que elle, orador, recia; é o que reciam os nossos credores nacionaes e estrangeiros; e para isso vejamos as folhas vindas pelo ultimo paquete, e ali encontraramo que já se calculavam os nossos fundos a 33 por cento, no caso que passasse a medida que hontem aqui se venceu.

É amigo dos caminhos de ferro, conhece quanto elles nos convêm, e mesmo cre que com juizo, e com muita attenção poderíamos vir a te-los; e por isso em estas vota por elles; mas na presente hypothese vota contra, porque com este governo e pelo modo como tem gerido a fazenda publica ficariam com o ferro da divida, mas sem caminhos de ferro (apoiados).

Custa-lhe dizer uma cousa que, posto seja um facto, todavia é pouco honroso; entretanto, tão solemne é a occasião, que o diria. Quando se creou a contribuição chamada decima, foi para pagar ao exercito, e tal era já o uso de desviar a receita da sua applicação, que o exercito exigiu e conseguiu que aquella contribuição não entrasse no erario, e fosse entregue a uma junta ou comissão que lhe desse applicação legal. Veja a camara o que isto quer dizer!!!

Se querem ter caminhos, estradas e obras publicas, o que para esses fins se pagar por leis entre n'um cofre de obras publicas, seja zelado e guardado para esse fim, como se faz com as sommas votadas para pagar os juros da divida fundada, aliás a burla é certa, e a nosca situação torna-se precaria, e muito arriscada a nossa existencia como nação. Levantar dinheiro a altos preços sobre titulos emitidos, pagar os juros d'esses titulos com esse mesmo dinheiro, como systema, embora se diga o contrario, é o mesmo que gritar *saue qui peut*. O credito entende d'isto. Não podendo fallar mais, pára aqui.

O sr. *Pinto Coelho*:—pedira a palavra a favor do artigo unicamente para dizer que elle não comporta a discussão que tem tido logar. Este artigo trata apenas de applicar, para os encargos já votados do caminho de ferro, o excedente que houver de titulos creados por virtude de autorisações já concedidas ao governo; portanto tudo quanto se tem dito a respeito de titulos que se hão de emitir e cuja autorisação ainda não está concedida, não tem nada com o artigo 2.º; é tudo materia do artigo 3.º, para a discussão do qual se reserva. Estando a autorisação para a emissão de certos titulos já sancionada por lei, ou essa autorisação fosse dada com mais ou menos razão, em todo o caso o ministerio pede licença á camara para desviar d'essa autorisação aquella parte dos fundos que excederem os encargos para que eram applicados, e a applicar esse excedente aos encargos provenientes do caminho de ferro, e isto não pôde negar ao governo.

Quando, pois, se discutir a autorisação para a emissão de novos titulos, é então que tem cabimento todas as reflexões que alguns srs. deputados têm apresentado, sobre a emissão de novos fundos; mas isso tem logar quando se discutir o artigo 3.º e não no artigo 2.º.

Pedi a palavra, quando o sr. Avila sollicitou do governo que apresentasse uma proposta para a desamortisação; porque tambem queria pedir ao ministerio que apresentasse quanto antes esses projectos não só relativos á desamortisação, mas tambem projectos para acreditar os titulos de divida publica; e quando o projecto da desamortisação vier á discussão, não terá senão a contrapor o seu desejo ao desejo pessoal do sr. Avila.

Deseja, pede e convida o ministerio a que trate de acreditar os titulos de divida publica, mas pela confiança que elles mereceram ao estado, e aos capitalistas quer nacionaes quer estrangeiros, e que não trate de os acreditar pelo curso forçado que é o que importa a desamortisação, como a referiu o sr. Avila. Acredite esses titulos impondo confiança pelo religioso pagamento de seus juros. Logo que o governo applique os meios convenientes para pagar pontual e religiosamente os juros d'esses titulos ha de haver sempre compradores a elles; é assim que esses titulos se acreditam, e não de outro modo; porque o credito e confiança não se impõem.

Espera que o governo apresente a proposta respectiva á desamortisação, e a camara quando ella vier a avaliarla como entender.

Finda a inscripção, pôe-se a votos o artigo 2.º, que é approvado.

Passa

distrito de Vianna, para que ultime os trabalhos preliminares da estrada de Caminha a Valença. No dia 20 chegou até a explanada d'esta praça o empregado que veio encarregado de escolher as pedreiras para a nova estrada.

Valença.—Diz o mesmo jornal que se têm já feito muitas sementeiras de milho, e que se continuavam a fazer.

O tempo estava excelente. «Todos os dias, acrescenta a *Razão*, se vêem passar barcas carregadas de pranchas de pinho para serem exportadas por barra de Caminha para os portos de Hespanha, sendo a maior parte para Malaga.»

Crato.—Diz o *Futuro*, que o sr. Silvestre Bernardo Lima, professor do instituto agrícola, e inspector do adjunto hospital veterinário, saíra para o Alentejo, a fim de inspecionar a caudalaria nacional do Crato.

ULTRAMAR

Índia.—Continuaremos a publicar, como fizemos hoje, as notícias que as folhas da Índia nos trazem sobre a exposição industrial de Goa. O *Ultramar*, de 16 de fevereiro, diz o seguinte acerca do encerramento da mesma exposição:

«No dia 8 do corrente, como era anunciado, foi encerrada a exposição industrial.

«S. ex.ª o sr. governador geral, acompanhado do seu secretario e do estado maior, foi pessoalmente à cidade velha concluir esta festa da industria nacional.

«Na vespera tinha-se reunido no palacio da exposição o grande jury que deve decidir do merito dos expositores.

«Não antecipamos opinião alguma sobre o apreço dos objectos expostos para não prevenir o juízo do corpo competente que deve decidir em ultima instancia do merito d'elles.

«Uma exposição industrial como esta ainda não houve em Goa, e digam o que quizerem os que juraram guerra a todo o movimento de progresso d'este paiz, aquellos que visitaram a exposição, estrangeiros ou nacionaes, não deixarão de dar testemunho da verdade.

«O desenvolvimento que foi dado a esta festa popular, e a sua realisação na escala em que teve lugar, ninguém poderá contestar em boa fé ser devida a s. ex.ª o sr. visconde de Torres Novas.

«Temos fé que não tardará muito a reconhecer-se o fructo que o paiz tirou d'este movimento.»

Pangim.—No dia 8 de fevereiro teve lugar na egreja matriz d'esta cidade, segundo diz ainda o *Ultramar*, sollemnes exequias pela alma do finado bispo eleito de Cochim e governador d'este arcebispado, D. Joaquim de Santa Rita Botelho. Foram capituladas pelo cabido. A oração fúnebre foi recitada pelo sr. dr. Antonio Filipe Lourenço. Assistiram muitas pessoas principaes da capital, e uma guarda de honra foi postada ao pé do templo.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 31 de março, e de Paris até 28 do mesmo mez.

As ultimas noticias do quartel general do exercito expedicionario hespanhol são satisfactorias. Eram ali esperados os plenipotenciarios, e o estado sanitario das tropas não havia soffrido alteração.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Marselha, 29 de março.—Receberam-se noticias de Nova-Granada, onde se acha definitivamente estabelecido o governo liberal. Os portos de Carthagena e de Sabanelo foram abertos ao commercio exterior.

Em consequencia das noticias tranquillizadoras de Sevilha tem subido muito os fundos.

Londres, 29.—Segundo diz o *Morning-Herald*, o governo anglo-americano, sem attender ao bloqueio de Miramon, em Veracruz, deu ordem aos seus navios para que entrem e saiam quando lhes convenha, repellindo a força com a força, se tanto for necessario.

Berna, 29.—Chegou uma nova nota de mr. Thouvenel, que tende a tranquillizar a Suissa, offerecendo-lhe garantias. Em vista d'esta nota o conselho federal desiste das suas reclamações.

Chambery, 29.—A illuminação para celebrar a entrada das tropas francezas foi magnifica. O jornal que faz opposição á França deixou de ser publicado.

Londres, 29.—Repetem-se os ataques de alguns jornaes, entre elles o *Daily-News* e o *Times*, contra a França e contra o imperador. O *Times* chega até a dizer que a França perdeu para a Inglaterra o caracter de uma aliada fiel e generosa, e que de hoje em diante interpretará as palavras do imperador com respeito ao que a experiencia do passado suggere.

Turin, 29.—O principe Carignan chegou a Lione, onde foi magnificamente acolhido.

Em Florença fazem-se os preparativos necessarios para que S. A. seja ali recebido com toda a solemnidade.

Em Chablais e Faucigny não havia provisoriamente guarnição.

Paris, 30.—Constam já novos promotores relativos á deliberação do senado. Tendo entrado em discussão as quarenta e duas exposições que pediam a intervenção do senado a favor do poder temporal do summo pontifice, todos os cardeaes tomaram a palavra a favor d'essas exposições que só foram apoiadas por 16 votos contra 116.

A formula adoptada foi a proposta feita pela commissão, de que se passasse á ordem do dia. A commissão reconhecia o direito do poder temporal do papa, e considerava a perda das Legações como um facto sujeito ás vicissitudes dos tempos, facto que por vezes se tem verificado.

Roma, 29.—Um breve de 26 de março ultimo publicado hoje em Roma lança a excommunição maior, e outras penas ecclesiasticas, contra os auctores, promotores e mais individuos que tomaram parte na revolta, usurpação e invasão dos estados da igreja. Alem d'isto, o governo enviou ao corpo diplomatico um protesto contra a segregação das Legações.

Berna, 30.—Cento e cincoenta saboyanos, habitantes de Genebra, saíram, a fim de occuparem Thonon, no Faucigny. O conselho federal preveniu as potencias de que punirá energicamente semelhantes tentativas.

Napoles, 26.—O rei informou Villamarina de que as tropas napolitanas entram nas Marcas. Parece que Villamarina protestou contra essa invasão.

Londres, 28.—Alguns jornaes creem que se reunirá em Londres o congresso europeu.

Sir Kingleke retirou a sua moção.

Lord Carnarvon perguntou se é certa a paz entre a Hespanha e Marrocos. Lord Woudhouse respondeu que os preliminares da paz foram assignados, que cessaram as hostilidades, e que o exercito hespanhol regressou a Tetuão. O diplomata inglez declarou igualmente que não julgava conveniente, por em quanto, apresentar a correspondencia que lord Carnarvon queria lhe fosse presente.

Lord Normanby adiou para depois da Paschoa a sua interpegação relativa á Saboya.

O *Morning-Post* julga desnecessaria a intervenção ingleza, na parte relativa ás annexações italianas e á da Saboya e Niza; porém a questão importante para a Inglaterra, diz este jornal, é a questão suissa, sobre tudo nas suas relações com Chablais e Faucigny. O jornal ministerial conclue dizendo, que quando forem conhecidas as negociações então se poderá formar um juizo acerca da maneira por que o ministerio inglez procede n'esta questão.

Em Londres ninguém cre na possibilidade de uma guerra.

Marselha, 28.—Parece que se desistiu da excommunição contra Victor Manuel, e que tudo se reduziu a um protesto diplomatico.

Na Sicilia continua a haver grande agitação. Foram assassinados novos agentes da autoridade.

Paris, 28.—Tem tomado menos consistencia o boato de que o general Lamoriciere se encarregará do commando do exercito pontificio. Um periodico ministerial cita um artigo do codigo, em virtude do qual Lamoriciere perde o direito á nacionalidade franceza se assim proceder. Outro jornal affirma, que o general francez pedirá licença ao imperador, para não perder os direitos que lhe são conferidos pela sua nacionalidade.

Paris, 29.—O *Constitutionnel* publica um artigo, no qual se occupa da possibilidade de que os francezes evacuem Roma. O papa manifestou desejos de que o imperador mande retirar as suas tropas, e cre-se que os desejos de sua santidade serão satisfeitos, uma vez que o exercito de outra potencia aliada se comprometta a manter a tranquillidade nos estados romanos. Ha, sobre este assumpto, negociações pendentes com o governo napolitano, e deseja-se que ellas tenham bom exito.

Hontem (28) entraram em Chambery os francezes que regressam de Italia, e foram recebidos com o maior enthusiasmo.

Paris, 30.—O *Moniteur* de hoje diz que o senado rejeitou por 116 votos contra 16 as petições a favor do poder temporal do papa.

Londres, 29.—O banco elevou a 4 1/2 por cento os seus descontos.

Peel chamará amanhã a attenção da camara, sobre a situação em que a Suissa fica collocada, em consequencia da annexação da Saboya.

Frankfort, 29.—A Austria notificou á Dieta Germanica o protesto que apresentou contra a annexação dos ducados italianos.

HESPAÑHA

No dia 31 de março ultimo devia partir de Madrid para o acampamento do exercito da Africa o general D. Henrique O'Donnell, portador do tratado de paz entre a Hespanha e Marrocos.

Quanto á nomeação dos plenipotenciarios, diz a *Correspondencia de Espana*, affirma-se que um d'elles será o general Garcia, e o governo deseja que o general em chefe aceite o encargo de ser o outro plenipotenciario, a fim de que se ultimen com a brevidade possivel todas as questões que possam surgir.

NOTÍCIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DE LUZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-3	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	750,80	11,6	94,2	S.
3 t.	746,46	14,0	98,9	OSO.

Maxima—temperatura.....	14,7 C.
Mínima.....	9,1 "
Ozone (de noite).....	8,5 "
Ozone (de dia).....	5,5 "
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	1,6 "
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTÍCIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 3 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Treze de Maio, hiate portuguez, mestre L. G. Torres, de S. Martinho em 2 dias, com madeira e vidros; 6 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da noite.

Estrella de Ovar, bateira, mestre F. C. dos Santos, de Setubal em 24 horas, com vinho e azeite; 6 pessoas de tripulação.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, de Setubal em 2 dias, com carvão e arroz; 7 pessoas de tripulação.

Flor de Santos, bateira, mestre J. M. Gouveia, de Setubal em 24 horas, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, de Setubal em 22 horas, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

D. Fernando, fragata portugueza, commandante o capitão de mar e guerra T. J. Marques, de Moçambique em 134 dias, de Mossamedes em 97, de Benguella em 91, e de Loanda em 77; 189 praças de guarnição, 5 malas, e 77 passageiros, que são: Antonio Correia Leite com 1 criado, capitão tenente da armada; Jeronymo Romero, 1.º tenente da armada; Guilherme Alves Barbosa com 1 criado, Jeronymo Vicente de Palma Junior com 4 pessoas de familia, officiaes militares; Antonio Maria Smith Chaves, estudante; Francisco Pedro Ferreira, João Rodrigues Nunes, Elizeu Antonio, maritimos; Jaime Augusto Dias, Manuel de Novaes, Julio Cesar, Sebastião Tavares, Francisco Joaquim, José Cordeiro Feio, Francisco Antonio de Lima, José Duarte, Vicente Barradas, Francisco Antonio, Manuel Antonio Ribeiro, sem empregos; 1 praça de pret, 33 praças de pret com escusa do serviço com 1 pessoa de familia, Anna Emilia, Julia Rosa da Conceição, Rosa Maria da Costa, Josefa Maria, Anna da Silva, Custodia Maria, Catharina Ferreira com 2 menores, Clara da Silva com 2 menores, Maria Pedra, Maria Joanna, Custodia Maria de Jesus com 2 pessoas de familia; portuguezes.

Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre A. T. Palha, de Cascaes em 8 horas, com palha; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para o Porto, e vem arribado com falta de mantimentos e aguada.

Maria Ignez, patacho portuguez, capitão A. J. da Rocha, de Pernambuco em 46 dias, com assucar e couros, a Smith & C.; 11 pessoas de tripulação.

Nova Subtil, galera portugueza, capitão J. V. Paulo, do Rio de Janeiro em 53 dias, com café e mais generos a Smith & C.; 25 pessoas de tripulação, e 94 passageiros, que são: Firmino Alvim Fortunato, proprietario; Antonio Pereira de Mattos com 3 menores, Thomás José Pereira da Silva, Joaquim Antonio de Freitas, negociantes; Constantino Gaspar Lisboa, José Rodrigues dos Santos, Manuel de Abreu Macedo, José Ramos Maia, Joaquim

Ferreira de Magalhães, Antonio de Barros, Manuel da Silva Nogueira, José Moreira, Paulino José da Silva, Manuel da Rocha, João Furtado da Rosa, Manuel Ferreira dos Santos, Francisco da Silva, José Gil Marques, Paulo Ferreira, Antonio Gomes Rodrigues, José Rodrigues de Medeiros, artistas; Manuel José Antunes, caixeiro; Francisco dos Santos, Manuel Rodrigues, José Coelho, José Martins Fernandes, Joaquim Jacinto Machado, José Netto, João de Sousa, Manuel José da Rosa, João Alberto, Manuel Marques da Silva, Ignacio José Alves, Antonio José Dias da Motta, José Machado Maciel, Francisco da Silva, Antonio Joaquim, Joaquim José Monteiro, Manuel Gil Queiroz, José Fernandes dos Santos, Manuel Pereira dos Santos, Francisco J. da Costa, José de Sousa, Victorino José Gomes, Antonio Leite, Manuel Antonio Fernandes, José Bento Raposo, Theodoro Mendes da Costa, José Henriques da Silva, Manuel Antonio Correia Godinho, José Antonio Correia, Joaquim da Silva, João José Pereira, Manuel Rodrigues, Francisco Pereira Cancellas, José Moniz com um filho, Antonio Caetano, Francisco Correia Cabral, Joaquim Cavalheiro, Bento José Soares, João Affonso Ferreira, Antonio de Sousa, José Teixeira, Francisco Pereira da Rocha Junior, João Lopes de Azevedo, Alexandre Ribeiro, Joaquim de Sousa, André Lopes, Antonio Cardoso Teixeira, Domingos Cardoso Teixeira, Joaquim Soares Montinho, Manuel José Bernardes, Simão Rodrigues Casquilho, Manuel Francisco Pereira, trabalhadores; Albina Rosa Marques, Maria Emilia, Maria Izabel com quatro menores, Josefa Maria de Jesus com dois menores; portuguezes: José Domingues dos Santos, artista brasileiro; Manuel Soares, negociante; Bernardo Moreira, trabalhador; hespanhoes.

Os passageiros da galera *Saudade*, entrada hontem n'este porto, são: José Antonio Virgilio Placido, engenheiro; Bernardino Gomes Pereira, Cypriano José de Pinho, João Augusto Ferreira Pinto, José da Luz Lima, negociantes; Antonio Vieira Lage com 2 pessoas de familia, Antonio José Alves e sua mulher, Antonio Joaquim de Lima, Antonio Ferreira Vinhas, Antonio Coelho Cotta, Antonio Domingues Tavares com 1 pessoa de familia, Antonio de Sousa, Bernardino da Silva, Bento José da Silva, Domingos Lopes com 1 criado, Francisco Ferreira Nunes, Francisco Antonio, Francisco de Castro, Francisco José Maria, João Gonçalves Lopes, João José de Carvalho, João Henriques da Cunha, João Barbosa, José Martins com 1 criado, José Joaquim Correia, José Rodrigues, José Antonio Correia, José Correia, José Pereira da Rocha Coimbra, José de Figueiredo, José Nogueira, Joaquim da Silva Carvalho, Luiz Correia Cabral, Manuel José de Macedo, Manuel José de Resende, Manuel Rodrigues de Carvalho, Pedro de Oliveira Junior, artistas; Manuel José Ferreira Oliveira, Manuel Antonio dos Santos, Joaquim José Carneiro, José do Couto Barcellos, José Dias de Azevedo, José Maria de Azevedo Pereira, Francisco de Abreu Lima, Francisco José Dias Vieira, Francisco Silveira, Francisco Manuel dos Santos, Candido Bernardo de Sousa Oliveira, Antonio José Leitão Serra, Antonio Francisco Braz, caixeiros; Antonio José Affonso, Antonio Joaquim Rodrigues, Antonio Maria Fernandes, Antonio do Couto com 1 sobrinho, Antonio Martins, Antonio José da Costa, Antonio da Cunha Guimarães, André Avelino, Agostinho José de Carvalho, Bernardo Francisco Pinheiro, Constantino das Almas, Francisco Xavier com 1 criado, Fortunato de Freitas Queiroz, João Dias, João Antonio Gomes, João Antonio Pereira, José Pereira, José Gomes Segadaes, José de Carvalho, José Gonçalves, José da Costa, José de Sousa Neves, Joaquim Alves, Joaquim da Silva, Jeronymo Pinto, Manuel Soares Cordeiro com 2 pessoas de familia, Manuel de Sousa, Manuel Henriques, Manuel José Nogueira, Manuel Bento, Manuel Simões, Manuel Silveira Souto, Manuel Caetano Lopes, José Mendes de Sousa, Manuel Ferreira Pinto Barcellos, Manuel Luiz, Manuel Lopes da Silva com 1 pessoa de familia, Manuel Dias Rego, Serafim Gonçalves, Thomás Joaquim Pereira, trabalhadores; D. Maria Brígida Lagareira, com 1 menor; portuguezes: José da Costa, João Manuel de Sousa, trabalhadores; hespanhoes.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Milford Haven, paquete portuguez a vapor; capitão J. M. de Oliveira, para Milford Haven, com piassaba; 98 pessoas de tripulação, e 10 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 3 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 2 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 31 de março

Entrou o vapor portuguez *Visconde de Athoquia*, de Lisboa em 24 horas.

Saiu o vapor hespanhol *Furia*, para Liverpool. Fôra da barra fica um hiate portuguez.

O mar está agitado.—O vento esteve S. SO. fortes, agora O. regular.

Do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra ficam: brigues *Amalia* 1.º, e *Promptida* 2.º, e quatro hiates portuguezes.

O mar está agitado.—O vento esteve SO., agora O. regular.

Da Erciceira, do dia 31

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento S., tempo chuvoso.

Do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento variavel.—Tempo nevoado.

Da Figueira, do dia 31

Entrou o cabique *Senhora do Rosario*, de Cezimbra com pescaria.

Não saiu, nem fôra da barra se avista embarcação alguma.

Mar regular.—Vento OSO.

Do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra está um cabique.

Mar agitado.—Vento ONO. bonançoso.

De Aveiro, dos dias 29, 30 e 31

Não entraram nem saíram embarcações algumas.

De Setubal, do dia 31

Entradas.—Hiates portuguezes, *Dois Irmãos Pri-meiro*, de Barcelona, com vinho, e *Victoria*, de Malaga, em lastro.

Saiu a bateira portugueza *Flor dos Santos*, para Lisboa, com carvão.

Vento SO.

Do dia 1 de abril

Entradas.—Hiate portuguez *Senhora das Neves*, de Villa Nova de Portimão, com vinho, arribado.

Escuna hespanhola *Primo Irmãos*, de Sevilha, com azeite, arribada.—Falucho hespanhol *Matilde*, de Cadiz, com sal.—Bergantim hespanhol *Relampago*, de Torre Velha, com sal, arribado.

Não saiu embarcação alguma.

Vento SO.

De Faro, do dia 31

Entradas.—Escuna ingleza *Ellia Rac*, de Lisboa, em lastro.—Palhoteira *Maria Lopes*, de Lisboa, com cereas e palha.—Vapor *D. Luiz*, communicou fôra da barra, desembarcou 2 passageiros para

Faro e 3 para Olhão, e seguiu para Tavira e Villa Real.

Saídas.—Botes hespanhoes, *S. Roque*, para Ayamonte, com pescaria; e *Virgem das Angustias*, com marisco.—Falucho hespanhol *Virgem do Carmo*, para Ayamonte, com ovos.

Vento NO. rijo.—Tempo carregado.

Do dia 1 de abril

Entradas.—Hiate portuguez *Senhora do Carmo*, de Villa Nova, com madeira.—Cabique portuguez *Santa Rita*, da Figueira, com sal e madeira.

Saiu o hiate *Feliz Independente*, para Gibraltar.

Tempo carregado e de alguma chuva.—Vento OSO., mais e menos fresco.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 31

Entradas.—Brigue belga *Diamante*, de Gibraltar em 3 dias.—Vapor portuguez *D. Luiz*, de Lisboa em 22 horas, com passageiros e encomendas.

Não saiu embarcação alguma.

O mar está agitado.—Vento SO. brando.

Do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está um tanto agitado.—Vento OSO. fresco.—Atmosfera nevoada.

De Vianna do Castello, do dia 31

Entrou o hiate *S. João Baptista*, da Figueira.

Não saiu embarcação alguma.

O mar está um tanto agitado.—Vento NO.

Em Espozende nos dias 28 e 29 não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 1 de abril

Entrou o hiate *Boa Lembrança*, de Lisboa, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Barra boa.—Mar bom.

De Caminha, do dia 31

Entradas.—Rasca *Janota*, e o hiate *Bom Jesus do Monte*, ambos do Porto.

Mar agitado.—Vento SO.

Do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento OSO.

De Villa Nova de Portimão, do dia 30

Entrou o hiate portuguez *Engenia*, arribado por causa do tempo.—Vento NO. fresco.

Do dia 31

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

As 4 horas da tarde tocou n'este porto o vapor *D. Luiz*, vindo de Lisboa, desembarcou 4 passageiros e encomendas, e seguiu depois para E.

O mar está bom.

De Tavira, do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Hontem de tarde tocou de passagem n'este porto o vapor portuguez *D. Luiz*, procedente de Lisboa em 24 horas, com carga, encomendas e passageiros, e seguiu seu destino para Villa Real de Santo Antonio.

Vento SO. fresco.—Tempo brusco.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 2 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 2 de abril.—3 por cento consolidado a 44,95—3 dito differido a 35,15, e 35 10.

Em 3 de abril.—3 por cento consolidado a 44,55—3 dito differido a 34,70.

Bolsa de Paris, em 2 de abril.—3 por cento francez a 69,25 a 4 1/2 dito a 96,10.

Em 3 de abril.—3 por cento francez a 69,60—4 1/2 dito a 96,10.

Bolsa de Londres, em 2 de março.—Consolidados de 94 1/8 a 94 1/4.

Em 3 de abril.—Consolidados de 94 3/8 a 94 1/2.

AGRADECIMENTO

Antonio Henriques da Silveira e Joaquim Henriques Fradesso da Silveira agradecem a todas as pessoas da sua amizade o cuidado que tiveram em sua presadissimo filho e irmão, o major João Maria Fradesso da Silveira, durante a penosa enfermidade a que succumbiu; e por esta occasião tambem agradecem ás pessoas que se dignaram acompanhalo á sua ultima morada, pedindo desculpa aos seus amigos, que por involuntaria ommissão deixaram de ser convidados para o funeral.